
ARTIGOS TRADUZIDOS/
TRANSLATED ARTICLES

EXPLORING TRANSLATION THEORIES¹

Anthony Pym

Tradução de:

Eduardo César Godarth*

Yéo N'gana**

Bernardo Sant'Anna***

Universidade Federal de Santa Catarina

¹ Tradução do capítulo Descriptions - the intellectual background, que complementa o capítulo 5 do livro Exploring Translations Studies (2010), de Anthony Pym.

* Mestre em Estudos Literários pela Universidade Federal do Paraná (UFPR); bacharel em Letras pela UFPR; é atualmente doutorando do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução (PGET) pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e bolsista da CAPES. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. Email: eduardo.godarth@gmail.com

** Doutorando em Estudos de Tradução, possui Graduação em Letras (Português) pela Universidade Félix Houphouët Boigny (UFHB - 2010) e Mestrado em Letras (Sociolinguística) pela Universidade Félix Houphouët Boigny (UFHB - 2014). Membro do Núcleo de Pesquisa História da Tradução (CNPq/UFSC). Revisor na Revista Cadernos de Tradução do Programa de Pós-graduação em Estudos da Tradução (UFSC). Especialização em Desenvolvimento Sustentável e Gestão Ambiental pelo Centre de Recherches et d'Action pour la Paix (CERAP). Tem experiência em ensino de inglês (Centro Cultural americano - American Corner CIRES). Também tem experiência em tradução/interpretação de conferências nas línguas francesa, inglesa e portuguesa. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. Email: nganayeo@gmail.com

*** Ator, locutor, apresentador e cantor. Publicitário e pós-graduado em Planejamento e Gestão Cultural. Faz locuções publicitárias desde 1991. Com premiações no mercado publicitário e em peças teatrais - Na Pontinha do Sonho; A Bolsa Amarela; interpretando vozes de vários timbres e estilos, o profissional multimeios está em diversas campanhas na TV, rádio e internet. Como locutor, apresenta locução padrão; jovem; institucional; personagens; tipos e dublagens. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. Email: besantanna@gmail.com



Resumo: O presente é uma tradução do capítulo *Descriptions - the intellectual background*, que complementa o capítulo 5 do livro *Exploring Translations Studies* (2010), de Anthony Pym. O capítulo traça a ligação entre o Formalismo Russo e algumas vertentes dos Estudos da Tradução surgidas ao longo do século XIX. Passa pelos esforços realizados em Praga (Círculo de Praga), Bratislava e Leipzig e pelos realizados em Holland e Flandres, mas foca-se principalmente na Escola de Tel Aviv, onde atuam Itamar Even-Zohar e Gideon Toury, os principais proponentes dos Estudos Descritivos da Tradução (EDT). Ao analisar esse contexto acadêmico, descreve o tipo de análise proposto por esses teóricos e discute as vantagens e desvantagens desse paradigma, problematizando os conceitos de “deslocamentos tradutórios”, “traduções assumidas” e “normas”. A tradução aqui apresentada pretende trazer o texto de Pym com a clareza e fluidez que caracterizam o original, para que ele sirva tanto como referencial histórico, quanto texto introdutório aos Estudos da Tradução.

Palavras-chave: Descritivismo. Deslocamentos Tradutórios.

Tradução do Capítulo adicional: Descritivismo - O *background* intelectual

Este material explica o contexto histórico dos conceitos apresentados no capítulo 5 do livro impresso.

Se nos propusermos a descrever uma tradução ou um ato de tradução, pode parecer que essa tarefa simples não precisa de uma grande teoria. Aliás, poderia parecer simples demais até para ser levada a sério pelos estudiosos. Alguns dos conceitos mais significativos da Teoria da Tradução europeia são, contudo, o resultado do que chamaríamos de um abrangente “paradigma descritivo”, e este capítulo descreve os caminhos pelos quais esse paradigma se desenvolveu no século XX. Esta contextualização deve nos ajudar a estabelecer uma conexão entre a Teoria da Tradução e algumas das principais correntes anti-humanistas da época. Também pretende corrigir alguns dos equívocos comuns, particularmente em relação às várias formas pelas quais diferentes escolas e centros de estudo estavam interconectados. Vamos dar considerável ênfase nos For-

malistas Russos, embora eles não tenham produzido trabalhos tão relevantes sobre tradução. Isso porque a ideia central dos Formalistas pode ser traçada através de vários caminhos ao longo do século, chegando aos pontos nos quais as principais teorias da tradução foram desenvolvidas. A primeira conexão foi com os trabalhos feitos em Praga, Bratislava, e, em menor escala, em Leipzig. A segunda conexão foi com a “Escola de Tel Aviv” (Even-Zohar, Toury e o desenvolvimento dos Estudos Descritivos da Tradução – EDT). E a terceira conexão foi com Holanda (“Holland”²) e com Flandres. Quando finalmente os estudiosos da literatura dessas três áreas se encontraram e discutiram seus projetos em uma série de conferências, os Estudos da Tradução começaram a se constituir como uma disciplina acadêmica. É por isso que a história é importante – esse paradigma particular não tem as mesmas origens que os outros mencionados neste livro. A segunda metade deste capítulo descreve os principais conceitos usados nos Estudos Descritivos: *deslocamentos tradutórios* (“*translation shifts*”), sistemas e polissistemas, “traduções assumidas”³ e a prioridade da cultura de recepção. No próximo capítulo olharemos mais atentamente os resultados provenientes da abordagem descritiva como um todo.

Nossos agradecimentos especiais a Itamar Even-Zohar, Gideon Toury, Zuzana Jettmarová, Jana Králová e Christina Schäffner pela ajuda e conselhos na elaboração deste capítulo.

Os **principais pontos** abordados neste capítulo são:

² N.T. Tanto Holland, quanto Netherlands podem ser traduzidos como Holanda. Netherlands, sendo o país aparece acompanhado do artigo “a”. Holland, sendo uma região deste país, aparece sem artigo.

³ N.T. “Translation Shifts” é um termo que ainda não possui uma tradução definida em português. Propomos aqui “deslocamentos tradutórios”, pois deslocamento abarca bem a ideia de afastamento das normas existentes, como ficará claro ao longo do texto. Igualmente, acreditamos que “tradução assumida” é o melhor termo para se referir a textos que não necessariamente foram traduzidos de um original, mas que, na cultura de chegada, são considerados como uma tradução, como ficará mais claro adiante.

- Os Estudos Descritivos da Tradução desenvolvidos a partir da tradição em que métodos científicos objetivos foram aplicados a produtos culturais.
- Esses métodos foram frequentemente aplicados à tradução por estudiosos de literatura trabalhando em culturas minoritárias.
- Em vez de prescrever como uma boa tradução deveria ser, as abordagens descritivas tentam dizer como as traduções são ou como poderiam ser.
- Os *deslocamentos tradutórios* (“*translation shifts*”) são as diferenças regularmente encontradas entre as traduções e seus textos fonte. Eles podem ser analisados de modo descendente (top-down) ou ascendente (bottom-up).
- As traduções desempenham um papel no desenvolvimento dos sistemas culturais.
- A posição inovadora ou conservadora das traduções num sistema cultural depende da relação desse sistema com os demais, e pode ter conexão com o tipo de estratégia tradutória utilizada.
- Ao selecionar os textos a serem estudados, as traduções podem ser consideradas somente como elementos da cultura de chegada, diferentemente do contexto da cultura de partida, que é preponderante no paradigma da equivalência.
- As habilidades tradutórias são reguladas por um conjunto de “normas”, baseadas em um consenso informal sobre o que é esperado de um tradutor.
- A abordagem descritiva foi um instrumento na organização dos Estudos da Tradução como disciplina acadêmica de base empírica.

5.1 O que aconteceu com a equivalência?

A equivalência caiu em desuso. A *Teoria do Escopo* (“*Skopos-theorie*”) germânica a tornou ainda mais ultrapassada, argumentando que já que a “consistência funcional” (o que mais se aproximava

de equivalência) era apenas mais um dos vários pré-requisitos possíveis, a tradução frequentemente necessita de transformações um pouco mais radicais. Para esses teóricos, a equivalência se transformou numa coisa simples, um caso especial. Quase ao mesmo tempo, entretanto, outros teóricos foram dismantelando a equivalência de forma diametralmente oposta. Para esse segundo grupo mais abrangente, que **Gideon Toury** conceberia como os “Estudos Descritivos da Tradução” – EDT, **a equivalência era uma característica de todas as traduções**, simplesmente porque eram vistas como sendo traduções, pouco importando sua qualidade estética ou linguística (Toury 1980:63-70). Isso mudou tudo. Se a equivalência de repente estava em todas as partes da tradução, ou em quase todas elas, ela não mais poderia ser usada como suporte para estudos linguísticos que tentassem produzi-la, nem seu conceito serviria diretamente à formação prescritiva de tradutores. Os estudos da tradução então migraram para um reino que não estava protegido por disciplinas já consolidadas; teve de se tornar uma disciplina autônoma. Em vez de expor princípios e opiniões, a abordagem descritiva enfatizou a necessidade de se conduzir pesquisas sobre tradução, principalmente nos moldes em que eram feitas nos estudos literários estruturalistas. As teorias associadas à pesquisa foram problematicamente deixadas fora do alcance do crescente número de instituições de formação; eram, num contexto institucional, bem diferentes das *Teorias do Escopo*. Seguiremos, aqui, os passos desse caminho histórico. Vamos, no próximo capítulo, considerar o que, de fato, os Estudos Descritivos podem ter descoberto.

5.2 As origens do paradigma descritivo

O nome “**Estudos Descritivos da Tradução**” (com maiúsculas) não tinha se consagrado completamente até o livro *Descriptive Translation Studies and Beyond* [Estudos Descritivos da Tradução e Além], de Gideon Toury (1995; tradução para o espanhol 2004). Tornou-se, desde então, uma conveniente bandeira para uma fro-

ta perda de novos estudiosos. Em torno dessa designação existe agora um vasto campo de reflexões e de pesquisas. Superficialmente falando, trata-se um paradigma geral no qual estudiosos se fundamentaram para **descrever** o que as traduções realmente são, em vez de simplesmente **prescrever** como deveriam ser. Esses termos, no entanto, são simplificações. Se a proposta fosse simplesmente descrever, não haveria necessidade de se formular uma grande teoria. O que descobrimos é que esse paradigma acolhe vários conceitos teóricos, como: sistemas, *deslocamentos*, normas, leis e universais (apenas para citar os mais importantes), além de um longo debate em andamento sobre como definir o termo “tradução” em si. Apesar da ênfase sobre a descrição, este ainda é um paradigma para atividades teóricas.

Naquele contexto histórico, o deslocamento da prescrição para a descrição implicou em um claro desafio para a institucionalização do paradigma da equivalência. Em vez de simplesmente dizer como traduzir bem (que é o que a maioria das análises linguísticas baseadas na equivalência se propuseram a fazer, juntamente com a *Teoria do Escopo* e, possivelmente, a maioria das instituições de formação), as teorias descritivistas têm como proposta identificar **como as pessoas realmente traduzem**, pouco importando a suposta qualidade. O paradigma da equivalência em geral veio de estudiosos que atuaram na linguística ou em formação profissional; já o paradigma descritivo ganhou mais adeptos entre pesquisadores com bagagem nos estudos literários. Essa divisão surgiu nos anos 70 e no início dos 80, aproximadamente em paralelo com o desenvolvimento da Teoria do Escopo. As genealogias intelectuais do paradigma descritivo poderiam, não obstante, ser rastreadas na história até pelo menos o início do século XX.

5.2.1 O Formalismo Russo e seu legado

Nas primeiras décadas do século XX, o movimento conhecido como **Formalismo Russo** se dedicou a produzir **descrições científicas de sistemas e produtos culturais**, particularmente no campo

da literatura. A ideia inicial era que essa ciência pudesse e devesse ser aplicada a uma esfera cultural. Por mais simples que possa parecer, isso nunca havia sido feito anteriormente de maneira consistente. As aplicações das ciências empíricas à literatura no século XIX foram, em sua maioria, limitadas a prescrever os modos pelos quais os romances deveriam descrever a sociedade (esta era a ideologia do Naturalismo), e a algumas tentativas de análise da linguagem artística, no contexto do que ficou conhecido como o Movimento Simbolista. Com efeito, é provável que as sementes do Formalismo Russo tenham sido semeadas a partir deste abrangente Simbolismo (cf. Genette 1976: 312). Em 1915, um grupo de jovens universitários que se encontravam nos cursos do Professor Vengerov fundaram o “Círculo de Linguística de Moscou”, que reuniu Roman Jakobson, Petr Bogatyrev e Grigori Vinokur. Eles procuravam estudar as especificidades da literatura apoiando-se em conceitos emprestados da emergente linguística pré-estrutural (especialmente a noção das “características distintivas” na língua). Em 1916, a Sociedade de Estudo da Linguagem Poética (conhecida pela abreviação *Opojaz* - Society for the Study of Poetic Language) foi fundada em São Petersburgo, reunindo Viktor Shklovsky, Boris Eikhenbaum, Boris Tomashevsky e mais tarde Yuri Tynianov. Esses, em sua maioria, eram historiadores literários à procura das leis e princípios fundamentais da literatura. Um dos projetos estava dentro da linguística, o outro se relacionava à linguagem poética; mas nesse estágio os dois poderiam desenvolver um substancial terreno comum. Ambos os projetos eram baseados em uma ideia muito simples, já mencionada aqui: os métodos e objetivos da ciência deveriam ser aplicados à cultura. Os dois visavam desenvolver modelos explícitos, definindo termos cuidadosamente e usando observações para confirmar ou refutar leis e princípios hipotéticos da linguagem artística, independentemente da psicologia dos autores, das emoções dos leitores, ou qualquer suposta representação social. De acordo com o convincente princípio formalista, o objeto de estudo não era o trabalho literário em si, nem os seus conteúdos, mas as características subjacentes que o tornaram literário

(“*literariedade*”, ou “*literaturnost*”, conforme criado por Roman Jakobson). Esta linguagem literária tinha suas técnicas artísticas próprias (*priyómy* na terminologia de Shklovsky, de vez em quando representado como “dispositivos” [“devices”] em inglês, ou “procedimentos” [“procédés”] em francês); ela presumivelmente tinha seu próprio sistema subjacente de padronização, e, particularmente no trabalho de **Tynyanov**, relações dinâmicas específicas com outros sistemas culturais, tanto diacrônicos quanto sincrônicos. Ao descrever o processo de mudanças nos sistemas literários, Tynyanov reconhece que um novo “princípio constitutivo” pode surgir a partir de uma série de ocorrências ou de encontros fortuitos, mas, para tornar-se substancial, ele precisa da transferência de modelos e materiais provindos de outras esferas (1924: 19-20). Aquela observação não veio acompanhada por nenhuma consideração sobre o papel das traduções, embora Tynyanov tivesse escrito em outro lugar uma crítica da tradução de Heine feita por Tyutchev (estudo datado de 1921, incluído em *Arcaicos e Inovadores* [*Arxaisty i novatory*] em 1929 e na tradução francesa de *Formalismo e história literária* [*Formalisme et histoire littéraire*] em 1991, mas que não fez parte da tradução parcial germânica de 1967). Havia certamente um quadro teórico para aquele tipo de estudo da tradução literária, mas a tarefa propriamente dita não parece ter feito parte da pauta do Formalismo Russo. Quaisquer *insights* potenciais sobre tradução permaneceram sem impacto imediato na teoria russa, embora alguns estudantes de Tynyanov, por exemplo **Andrei Fedorov**, tenham se tornado proeminentes teóricos da tradução na era Soviética, e Jakobson tenha escrito alguns artigos seminais sobre a tradução tal como foi mencionado nos capítulos anteriores.

A herança do período Formalista teria servido, de várias formas, para a sociolinguística de Valentin Vološinov, talvez em parte para Mikhail Bahktin, e mais obviamente para os semioticistas Yuri Lotman e Boris Uspenski, cujos nomes talvez sejam mais familiares. Nenhum desses especialistas em cultura, entretanto, produziu trabalhos teóricos sistemáticos sobre tradução; nem mesmo os Formalistas posteriores. Quando Andrei Fedorov publicou seu

impactante “*Introdução à Teoria da Tradução*” (“*Introduction to the Theory of Translation*”) em 1953, ele tinha estudado no *State Institute for the History of the Arts*, onde os Formalistas tinham criado um programa (nossos agradecimentos a Itamar Even-Zohar por esta informação), e é certamente por isso que alguma porção da abordagem inicial sobreviveu. Os traços desse legado podem ser intuídos a partir da aproximação altamente sistemática que Fedorov fez de princípios básicos (depois da devida homenagem a Marx e Lenin) e de sua investigação detalhada sobre a forma como diferentes gêneros e elementos estilísticos devem ser traduzidos. A mesma observação pode ser feita em relação a **Efim Etkind**, cujo trabalho sobre os poetas-tradutores Russos (1973) chamava a atenção para o papel da tradução no desenvolvimento das culturas.

A partir de Fedorov e alguns outros, chegamos a uma certa escola russa de teoria de tradução, que inclui importantes trabalhos feitos por **Retsker** e **Shveitser**. Seus princípios gerais, entretanto, não estão relacionados à escola literária; eles são linguísticos, prescritivos e basicamente compatíveis com o paradigma da equivalência. Se estivermos procurando o caminho pelo qual as descrições científicas de sistemas levaram a um novo paradigma de teoria da tradução, então devemos investigar mais.

Mais interessante para nós aqui é como as ideias Formalistas deixaram os Russos e alcançaram outros estudiosos da tradução. Podemos selecionar três linhas interligadas: de Praga e Bratislava, de Tel Aviv, e de Holanda e Flandres.

5.2.2 *Estruturalismo em Praga, Bratislava e Leipzig*

A primeira vertente é a dos estudiosos que passaram a se encontrar a partir de 1926 sob o título de *Círculo Linguístico de Praga* (*Cercle linguistique de Prague*). A conexão mais óbvia foi o linguista **Roman Jakobson**, que tinha se instalado na cidade de Brno (sua fuga da ocupação germânica de Praga o levou a Copenhague, Estocolmo, Nova Iorque e Harvard, estimulando curiosidade intelectual por onde passava, e eventualmente semeando alguns *insights*

fundamentais no terreno da tradução). Outros membros do Círculo foram o russo Nikolai Trubetzkoi, que chegou a ocupar uma cátedra em Viena, e Henrik Becker, que participou da primeira reunião, mas vivia em Leipzig (ver Dušková 1999). Mencionamos esses detalhes aqui para indicar que o Círculo de Praga claramente se estendeu para além dessa cidade. Em 1928, Jakobson, Trubetzkoi e outros membros do grupo participaram da Primeira Conferência Internacional de Linguistas em Haia (Hague) na Holanda, ocasião na qual foi acordada uma resolução: pensar a análise linguística de maneira sincrônica. Nesse acordo também assinaram Charles Bally e Albert Sechehaye, que tinham compilado e editado o *Curso de Linguística Geral* de Saussure (1916), a referência fundamental para a ciência da análise sincrônica. Os fios da história intelectual se cruzavam, não sendo fácil urdi-los em tradições nacionais. Será que havia então alguma teoria da tradução nessa trama?

A abordagem científica do Formalismo Russo forneceu o impulso para os avanços iniciais do Círculo de Praga na **linguística estruturalista**, abrangendo desde a fonologia aos estudos da linguagem poética, todas potencialmente partes da análise geral dos signos culturais. Embora o desenvolvimento da fonologia tenha sido, sem dúvida, a conquista mais duradoura do grupo (e, de fato de todo o estruturalismo, conforme argumentaremos), seus interesses se estendiam a vários aspectos culturais, especialmente à literatura, e ocasionalmente à tradução.

No trabalho de **Jan Mukařovský**, do Círculo de Praga, encontramos uma clara consciência do papel histórico da tradução. No seu artigo de 1936 “Francouzská poezie Karla Čapka” (“A poesia francesa de Karla Čapka”), Mukařovský argumenta que a tradução é uma das maneiras pelas quais as literaturas nacionais podem ser transformadas, já que buscam e desenvolvem equivalentes para textos estrangeiros (ver Králová 2006). Essa compreensão pode ser vislumbrada na obra de Tynyanov no contexto do Formalismo Russo (ou do trabalho de Zhirmunskij sobre Pushkin, ou Vinogradov sobre Gogol); já em Mukařovský ela é claramente afirmada.

No tocante aos estudos literários o **papel transformacional da tradução** se tornou parte e invólucro de uma abordagem que via os sistemas culturais (tais como as literaturas nacionais) como grupos de relações estruturais que se desenvolviam não só em termos de sua lógica interna (como foi o caso no Formalismo Russo), nem exclusivamente a partir de influências externas (como pode ter sido o caso dos estudos tradicionais de história), mas sim a partir do complexo contexto social formado pelas dinâmicas de ambos os lados, simultaneamente. O que tornava a tradução interessante era que ela necessariamente perpassava esses dois quadros aparentemente distintos; ela obrigava o historiador literário a ver o lado interno e o externo em uma só perspectiva. Podemos argumentar que essa situação é mais plausível quando estamos tratando de um “sistema minoritário”, tal como a literatura tcheca, do que de um “sistema majoritário” e aparentemente mais autônomo, como a literatura russa. Talvez o interesse de Praga na tradução não fosse mera coincidência.

O estruturalismo de Praga foi um fenômeno específico das décadas de 20 e 30. Houve, no entanto, uma tradição, aparentemente descontínua, que viu sua influência se infiltrar especialmente no estudo da literatura, ao longo dos anos. Nas décadas de 60 e 70 temos o estudioso tcheco **Jiří Levý**, e os eslovacos **František Miko** e **Anton Popovič**, que procuravam descrever os princípios estruturais que fundamentam as traduções literárias (ver Jettmarová 2005; Králová 1998, 2006). É importante notar que esses estudiosos explicitamente refrearam seus preconceitos no que se referia à equivalência, ou ao que seria uma “boa tradução”; suas posições científicas os fizeram descrever ao invés de prescrever. Levý publicava em tcheco na década de 60 e se tornou mais amplamente conhecido em alemão (Levý 1969). Seu trabalho demonstra um talento na aplicação dos modelos provenientes das ciências exatas, embasando-se não somente na linguística, mas também na teoria do jogo (como podemos ver no capítulo sobre o indeterminismo). Miko (1970) sugeriu que se desse uma atenção particular sobre o que acontece com as características formais de um texto quando

é traduzido. Popović (1970) reconheceu que já que as traduções transformam os textos, os estudos da tradução deveriam focar-se no que mudou, assim como no que não mudou. Ele então decidiu descrever os “deslocamentos da tradução” (*“Translation Shifts”*) que acontecem no nível da expressão. Voltaremos posteriormente a esse conceito chave.

Uma observação deve ser feita aqui sobre a não tão definida “Escola de Leipzig” de estudiosos da tradução, que desde 1964, trabalhavam de modo semelhante (para detalhes históricos, ver Wotjak 2002; para aspectos conceituais, Jung 2000). Ainda que hesitemos em estabelecer uma linha direta entre o formalismo russo e seu legado, não há dúvida nenhuma de que os estudiosos do calibre de **Otto Kade** (na teoria da comunicação social), **Gert Jäger** (na linguística estruturalista) e **Albrecht Neubert** (na pragmática e linguística de texto) procuraram uma abordagem científica da tradução, exigindo clareza conceitual. Isso os levou a resgatar e redefinir muitos dos termos germânicos usuais. Por exemplo, “**mediação linguística**” (“linguistic mediation”, *Sprachmittlung*) tornou-se um objeto de estudo mais amplo (ver Kade, 1980), superando uma concepção estreita de tradução, e Kade cunhou o neologismo **Translation em alemão**, para abarcar tanto a tradução escrita quanto a interpretação oral. O trabalho em Leipzig foi também importante para a redefinição da ideia de *deslocamento tradutório* (“*translation shift*”), uma vez que as pesquisas de Kade e Neubert enfatizavam cada vez mais as relações a nível textual. Deve-se admitir também que a relação da escola com a ideologia Marxista oficial foi além do mero discurso. Quando **Kade** abordou a mediação linguística como um fenômeno social, ele procurou as causas dos problemas de tradução não nos mistérios da linguagem mas no desenvolvimento “não correspondente” de duas sociedades históricas. O pensamento sistêmico é claro, abrangente e importante, como de fato está em Marx. O principal trabalho de Leipzig, no entanto, foi sobre a tradução não literária a nível textual, sem investigação profunda sobre os sistemas sociais e, por isso, não foi parte integrante da forma como o paradigma descritivo se

desenvolveu (seus primeiros modelos eram literários e sistêmicos). Em vez disso, fundamentou-se no paradigma da equivalência, que, como notamos, incorpora a reflexão de Kade sobre os tipos de equivalência. Esse trabalho exerceu uma influência terminológica sobre as abordagens gerais de propósito que adotaram o termo alemão *Translation* (“Tradução”), assim como a propensão geral para renomear coisas. Sua terminologia e ideias gerais sobre função textual abasteceram o desenvolvimento da *Teoria do Escopo* (*Skopos theory*). E Kade, ademais, tinha o que dizer sobre o desenvolvimento dos Estudos da Interpretação (ver Pöchhacker 2004: 34-35). Dito isso, o ímpeto e a identidade da Escola de Leipzig não perduraram muito depois da queda do muro de Berlim em 1989, pelo menos na Alemanha. **Albrecht Neubert** ajudou a promover análises texto-linguísticas nos Estados Unidos, principalmente graças a um programa de intercâmbio entre Leipzig e Kent State; e **Christina Schäffner**, que pertence à geração seguinte se especializou no Reino Unido em abordagens funcionalistas e texto-linguísticas, com ênfase particular na tradução de textos políticos. O resto dos teóricos da Alemanha especulava entre equivalência e *Escopo*, sem grande interesse no descritivismo como paradigma distinto.

Há poucas evidências de qualquer influência profunda ligando Praga ou Bratislava a Leipzig, apesar da proximidade geográfica e política. Devemos lembrar, entretanto, que os vários regimes Comunistas do período davam grande importância à tradução, tanto como um modo de preservar as línguas nacionais, quanto como uma maneira de promover a internacionalização da sua causa. Isso se referia não apenas ao papel do Russo como uma língua pivô, mas também às políticas de tradução de obras literárias advindas de países simpatizantes, da América Latina e África, por exemplo, assim como traduções de textos ideológicos para a posterior libertação dos povos oprimidos. Essas políticas demandavam tradutores, tradutores que deviam ser treinados. O treinamento criava um espaço institucional para pensar sobre tradução. O que quer que pensemos hoje em dia sobre as ideologias oficiais, o desenvolvimento de uma teoria sistemática da tradução deve muito ao

período Comunista na União Soviética e na Europa Central. Não podemos reproduzir o mito da iluminação de um formalismo russo pré-revolucionário que de alguma forma enfrentava os dias difíceis de regimes medievais. Stalin certamente perseguiu o movimento formalista que considerava antimarxista, mas a história do período comunista não deve ser reduzida a apenas isso.

5.2.3 *Polissistemas em Tel Aviv*

Uma segunda vertente levou o Formalismo Russo a Tel Aviv. O agente dessa transferência foi o estudioso israelense **Itamar Even-Zohar**, que tomou conhecimento dos textos russos quando foi aluno de Benjamin Harshav na Universidade Hebraica de Jerusalém (Hebrew University of Jerusalem) e começou a lê-los quando estudava em Copenhagen (ver Even-Zohar 2008b; as redes de intercâmbio da Europa são complexas) e trabalhava em sua tese de doutorado. Even-Zohar se ocupa principalmente com as descrições sistêmicas de como as culturas se desenvolvem. Ele segue explicitamente as posições de Tynyanov, Jakobson e Eikhenbaum ao estudar fenômenos culturais, entendendo-os como sistemas governados por leis e princípios próprios, ainda à espera de identificação. De maneira simplificada, em vez de se concentrar sobre sistemas literários isoladamente, Even-Zohar procura ver as culturas como “**polissistemas**”, como sistemas complexos, abrangentes e heterogêneos (tais como a “cultura israelense”, “cultura francesa”) dentro dos quais existem sistemas menores como literatura, arquitetura, linguagem, leis, a vida em família, e assim por diante (por isso “poli”, significando “muitos”). Esses sistemas menores também podem ser complexos e dinâmicos, merecendo da mesma maneira o prefixo “poli”.

Apesar de sua abordagem diferenciada dos sistemas culturais, Even-Zohar permaneceu fiel à tradição de criação de modelos científicos e aos múltiplos ramos dos costumes europeus, como transparece em sua tese de doutorado sobre tradução. Como os estruturalistas de Praga e Bratislava, ele trabalhava dentro de uma cultura

“minoritária” (Hebraica), e seu interesse nas fases pré-israelenses da cultura hebraica levou-o a enxergá-la como um sistema de múltiplos componentes (um polissistema). Even-Zohar fundou um departamento de Estudos da Tradução na Universidade de Tel Aviv (“Tel Aviv School”) e estava na origem do que viria a ser chamado de “Escola de Tel Aviv” dos Estudos da Tradução, que inclui **Gideon Toury** (cujo doutorado foi orientado por Even-Zohar), Rakefet Sela-Sheffy e Gisèle Sapiro. De certa forma, pode-se dizer que esse ramo inaugurou o termo “*Estudos Descritivos da Tradução*” (“Descriptive Translation Studies – DTS”).

5.2.4 O Descritivismo na Holanda e em Flandres

A terceira vertente diz respeito a um grupo de estudiosos trabalhando em Holanda e em Flandres (a parte da Bélgica que fala holandês), conhecido também como Escola dos Países Baixos (“Low Countries School”). Entre os nomes que se destacam aqui temos o americano **James S Holmes**⁴ em Amsterdam, os belgas **José Lambert**, **Raymond Van den Broeck**, **André Lefevere** e **Theo Hermans**. A relação deles com o Formalismo Russo é menos direta e não tem tanta importância, quando a comparamos aos outros casos. Os principais textos da Escola Russa tinham sido traduzidos para o francês (editados por Todorov, em 1965) e para o inglês (também em 1965, por Lemon e Reis; e editados por Matejka e Pomorska, em 1971), mas a atmosfera intelectual, nesse período, estava impregnada pelo prestígio do estruturalismo. Os princípios do pensamento da Europa Oriental certamente alcançaram os estudiosos dos Países Baixos, por meio de uma série de contatos pessoais, particularmente entre **Anton Popovič**, e Even-Zohar e Toury. Isso resultou em uma afinidade mais ampla de ideias.

⁴ Uma estranha anedota dos Estudos da Tradução afirma que o “S” do nome “James S Holmes” representa o nome de sua mãe; sugere-se que depois da letra não se use um ponto. Os escritos de Gideon Toury consistentemente omitem o sinal.

5.2.5 *Um Descritivismo Europeu*

Essas três vertentes se encontraram no final dos anos 60, especialmente após a conferência de Bratislava, em 1968 (ver Holmes, ed. 1970). Trabalhos em grupo foram conduzido nos anos 70 (ver Holmes et al. eds. 1978) por alguns dos principais estudiosos. Eles se reuniam sob a bandeira do Comitê de Tradução da Associação Internacional de Literatura Comparada (*Translation Committee of the International Comparative Literature Association*). Toury (1978) estabeleceu a conexão com o trabalho de Even-Zohar sobre o modo como as culturas se desenvolvem. O volume *The Manipulation of Literature* (“A Manipulação da Literatura”, ed. Hermans 1985) reuniu uma série de artigos influentes dos principais estudiosos e, durante um período, o grupo foi apelidado, em tom de piada, de Escola da Manipulação, apesar do termo dizer muito pouco sobre o que estavam realmente fazendo.

Os estudiosos desse grupo estavam longe de partilhar das mesmas teorias, como era de se esperar, dadas suas bagagens teóricas diversas (ver Hermans 1999 para uma pesquisa detalhada). Todos eles, no entanto, concordavam que uma abordagem científica deveria ser usada para falar sobre o mundo, em vez de criticar ou avaliar o que é encontrado. Em maior ou menor medida, aceitavam que o trabalho anterior sobre tradução, incluindo várias das teorias elaboradas dentro do paradigma da equivalência, era “pré-científico” (um termo áspero, mas usado com relativa frequência). Evidentemente, todos eles concordavam que a tradução merecia ser seriamente estudada, e isso os opunha em parte aos estudos literários, que em sua maioria consideravam as traduções como produtos marginais, inerentemente inferiores aos originais e, portanto, de menor interesse. Quanto ao resto, os interesses e preceitos de cada teórico tendiam a abordagens diversas e diferentes níveis de trabalho.

Uma síntese das ideias desenvolvidas no paradigma descritivo

A seguir, indicamos os nomes dos teóricos que foram decisivos no desenvolvimento e verificação de hipóteses, embora muitos outros nomes também pudessem ser mencionados e todos eles possam ser associados a mais de uma ideia:

1. As relações entre o texto de partida e o texto de chegada podem ser descritas em termos de “deslocamentos tradutórios” (“Translation shifts”, Levý, Miko, Popovič).
2. A posição inovadora ou conservadora das traduções em um sistema cultural depende das relações desse sistema com outros e é correlata à estratégia de tradução empregada (Even-Zohar, Holmes, Toury).
3. Os Estudos da Tradução devem ser uma disciplina descritiva empírica com uma organização hierárquica e um programa de pesquisa estruturado (Holmes, Toury).
4. Ao se selecionar textos para estudo, as traduções devem ser consideradas fatos da cultura alvo (Toury).
5. Para entender não somente as traduções, mas também todos os tipos de “reescrita”, devemos considerar os contextos sociais, especialmente o mecenato (Lefevere).
6. Teóricos da tradução devem se voltar não apenas para a literatura (Lambert).

Como vimos, o paradigma descritivista não pode ser vinculado a um espaço geográfico bem definido, como por exemplo aos “Países Baixos” (Low Countries). De fato, todos os estudiosos mencionados acima pertenciam ou ainda pertencem a **culturas relativamente pequenas**, e isso poderia explicar algumas de suas posições. Quanto menor a cultura, mais importante a tradução tende a ser (uma hipótese descritiva formulada em Pym 2004, mas claramente dedutível de Even-Zohar 1978). Não é de se surpreender, portanto, que justamente esses teóricos resolveram estudar a tradução a sério. No entanto, ocorreram alguns importantes deslocamentos geográficos. Theo Hermans mudou-se para Londres e teve uma decisiva influência no desenvolvimento dos estudos da tradução no Reino

Unido; André Lefevere foi para os Estados Unidos, onde seu legado foi menos influente (sem dúvida por motivo de seu infeliz falecimento precoce em 1996, mas talvez também pelo fato dos Estados Unidos abrigarem uma cultura tão vasta e complexa). Desde então o ramo empírico dos Estudos da Tradução cresceu, propagando as bases do paradigma descritivo virtualmente por todo o mundo. Por essa mesma razão, o paradigma não pode ser restrito a um período histórico, como às décadas de 60 e 70 (como sugerido por Venuti em 2000). Várias das perguntas fundamentais formuladas na pesquisa do grupo original continuam sendo respondidas hoje em dia, sem dúvida porque o paradigma permanece notavelmente adequado à pesquisa empírica. Numerosas teses utilizam essas ideias e estão efetivamente contribuindo para o nosso conhecimento sobre traduções.

Tentaremos agora delinear os principais modelos de pesquisa desenvolvidos no paradigma descritivo. No próximo capítulo, vamos refletir sobre alguns dos resultados realmente alcançados por essa pesquisa.

5.3 A atração do estruturalismo

Nas páginas anteriores, muitas vezes encontramos o termo “estruturalismo”, especialmente se referindo ao paradigma da equivalência. Agora vamos tomar algum tempo para explicar o que esse termo significa e porque ele foi tão importante no século XX.

De modo simplificado, o estruturalismo significa que, ao invés de estudar cada objeto em si, como teríamos feito sob a influência do positivismo, estudamos as **relações (“estruturas”) entre as coisas**. A dificuldade é que, enquanto os objetos são visíveis para todos, as relações estão escondidas. Assim, o estruturalismo nos convida a descobrir a lógica secreta que se encontra sob a superfície dos produtos culturais. Em retrospecto, isso apresenta o mesmo apelo de quando Marx descobria as relações de produção existentes nas bases do funcionamento das sociedades, ou de quando Freud

revelava os princípios do inconsciente. Para a maior parte dos estruturalistas da primeira metade do século XX, as estruturas realmente existem dentro das nossas línguas e culturas; as estruturas não surgem da subjetividade do pesquisador. O estruturalismo nos convida a trazer à tona verdades objetivas, que podem ser alcançadas e verificadas por meio de minuciosos procedimentos de análise. Também oferece uma **abordagem científica da cultura** (como no Formalismo Russo). Isso foi e ainda é um convite muito poderoso e atraente para qualquer pessoa em busca de conhecimento.

É possível encontrar exemplos dessas estruturas subjacentes em várias abordagens que consideram as linguagens como “visões de mundo”. O primeiro deles seria o de **Saussure**, de como as palavras ovelha (*sheep*) em inglês e carneiro (*mouton*) em francês se encontram em diferentes estruturas dentro de seus sistemas de linguagem. Vimos como essa ideia, já de início, criou problemas para o paradigma da equivalência, para o qual era necessário sustentar que a tradução fosse de alguma forma possível. Para o paradigma descritivo, entretanto, o estruturalismo tinha algo a ensinar, não a ser rejeitado. Em vez de perguntar se ovelha (*sheep*) realmente traduz carneiro (*mouton*), a tarefa inicial seria descrever o modo pelo qual os tradutores efetivamente resolveram esse problema ao longo da história.

O estruturalismo entrou na história do descritivismo no mesmo vagão que o Formalismo Russo, e particularmente através do Círculo de Praga (que estava realmente em contato com o legado de Saussure). Como mencionamos anteriormente, o **desenvolvimento da fonologia em Praga** foi a única grande história de sucesso do estruturalismo. Por exemplo, em inglês, ouvimos os sons /b/ e /v/ como significativamente diferente, já que sua diferença nos ajude a distinguir “bat” (morcego) de “vat” (tina)⁵. No espanhol falado na Península Ibérica, entretanto, não há diferença relevante que

⁵ N.T. Em português, um exemplo semelhante seria o par mínimo “vento” e “bento”, palavras de significados diferentes, distinguidas apenas pelos fonemas /v/ e /b/.

ajude os falantes a soletrar palavras como “vota” e “bota”. Isso se dá porque em inglês há dois fonemas distintos para esses sons (que ainda permitem várias formas diferentes de pronúncia), enquanto em espanhol só há um. Falantes dessas línguas certamente conseguem pronunciar os diferentes sons, mas a estrutura subjacente de cada uma divide-os de diferentes maneiras. Essa estrutura subjacente é adquirida durante a aprendizagem de uma língua, ainda que não tenhamos consciência disso. Para a linguística sincrônica de Praga, e para o estruturalismo como um todo, o objeto de estudo deveria ser a estrutura interna (os fonemas), não os fenômenos superficiais (os detalhes fonéticos). Isso foi basicamente a mesma conclusão da análise de Saussure sobre ovelha (*sheep*) e carneiro (*mouton*), exceto pelo fato de que na fonologia as estruturas formavam sistemas completos e relativamente estáveis. Se um item é trocado (especialmente a vogal no inglês), os outros itens realmente tendem a mudar. Nesse sentido, a pesquisa ideal da fonologia teve seu foco desviado das estruturas para os sistemas dominantes.

Uma vez que entendamos essa visão do que é uma estrutura, é relativamente fácil entender um **sistema como uma rede de estruturas**, na qual uma alteração em um item implica em alguma forma de mudança em todos os outros. Existem, na verdade, pouquíssimos sistemas culturais nos quais isso se verifica. Na maioria destes, há partes, como em gêneros ou áreas específicas, em que as mudanças são interligadas, e outras em que tais distúrbios não ocorrem. Enquanto a introdução de um novo item lexical não altera a língua como um todo (campos lexicais são segmentados, e os repertórios são, em sua maioria, indeterminados), uma alteração em um tempo verbal normalmente afeta todos os outros (tempos verbais formam sistemas com muito poucos termos). A ideia dominante, no entanto, era a de que estruturas podem, de fato, relacionar qualquer coisa a qualquer coisa, o que deu origem a inúmeros planos para explicar o mundo.

A ideia básica do estruturalismo se espalhou no ocidente sob várias roupagens. Vários ramos das ciências humanas utilizaram elementos dessa abordagem. Na antropologia, a tradição que leva

de Mauss a Lévi-Strauss se apoiou na linguística estruturalista; o estruturalismo estava na epistemologia científica de Bachelard e Merleau-Ponty; estava também por trás da linguística de Benveniste e Chomsky (que procurou mostrar as raízes cartesianas do paradigma). Em praticamente todas as ciências humanas, pesquisadores se dedicaram a estudar as relações entre objetos, em busca de princípios escondidos. Os estudos da tradução não foram exceção. Mas como seria a estrutura básica da tradução? As traduções são, de alguma forma, imprescindíveis para os sistemas culturais? E será que existe algo que se assemelhe a um sistema de traduções?

5.4 Conceitos teóricos dentro do paradigma descritivo

Dentro deste contexto intelectual, não é óbvio nem banal querer descrever traduções, em vez de “prescrever” o modo ideal de como elas deveriam ser. As abordagens descritivas se propunham a descobrir as relações e leis que estavam de alguma forma escondidas, ou seja, pensavam sobre as questões do estruturalismo. Ademais, dados os termos e conceitos que haviam sido acumulados nas várias disciplinas adjacentes desde os Formalistas Russos, os pesquisadores que estavam trabalhando em Tradução eram capazes de se apoiar em uma vasta gama de categorias estabelecidas (ninguém consegue simplesmente descrever com palavras o que se vê com os olhos) e de hipóteses sobre o que eles iriam encontrar. A abordagem subjacente era certamente empírica, na medida em que esses pesquisadores testavam suas ideias baseando-se em dados factuais. Mas seria um erro reduzir a abordagem a um mero empirismo (como é feito, por exemplo, em Merino e Rabadán 2004), como se não houvesse conceitos teóricos adequados em uso.

Nas próximas partes vamos descrever brevemente os conceitos chave usados no paradigma descritivo. No capítulo seguinte vamos considerar os conceitos mais amplos de normas e leis.

5.4.1 Deslocamentos tradutórios e sua análise

A forma mais evidente de se aplicar o estruturalismo à tradução é considerar os textos de partida e de chegada como conjuntos de estruturas. Podemos comparar os textos e ver quais estruturas são diferentes; obtemos assim estruturas específicas (as diferenças) que de alguma forma pertencem ao campo da tradução. Essa ideia é igualmente simples para entender e difícil de aplicar.

As diferenças estruturais entre traduções e seus originais podem ser descritas como “*deslocamentos tradutórios*”, um termo encontrado em muitas diferentes teorias. Para **Catford**, deslocamentos são “afastamentos da correspondência formal” (1965: 73), o que é bem claro. Se entre Sexta-feira 13 em inglês (“Friday the 13th”) e Sexta-feira 13 em espanhol (“viernes y 13”) encontramos uma correspondência formal, então qualquer outra possibilidade será, de alguma forma, um “deslocamento”. O leque de possibilidades de deslocamentos pode incluir então tudo que, para Vinay e Darbelnet (1958), a tradução traz, ou qualquer coisa detectada por alguém de dentro do paradigma da equivalência. Um deslocamento pode originar-se da decisão do tradutor em priorizar a função em detrimento da forma, ou em traduzir uma carga semântica para um registro linguístico diferente, ou em criar uma correspondência em um local diferente do texto (usando uma estratégia de compensação), ou ainda em selecionar convenções de gênero diferentes. Muitas pesquisas podem ser conduzidas neste processo: comparar os textos, selecionar as diferenças, e tentar organizar os vários tipos de deslocamentos.

Existem pelo menos duas maneiras de abordar essa questão: uma análise ascendente (bottom-up) começa com unidades menores (termos frequentes, frases ou sentenças) e avança para as maiores (texto, contexto, gênero, cultura); já uma análise descendente (top-down) faz o inverso, começando com os fatores sistêmicos mais abrangentes (especialmente construtos, tais como a posição das traduções dentro do sistema sociocultural) e seguindo para os menos abrangentes (especialmente categorias como estratégias de tradução). A princípio, a escolha é irrelevante: todos os caminhos levam a Roma, e existe sempre uma dialética de voltas e saltos entre os

níveis. Pode parecer surpreendente, mas a diferença entre os dois tipos de análise tem muito a ver com o papel da teoria na descrição.

5.4.1.1 A análise ascendente dos deslocamentos

A complexidade e abrangência da análise ascendente são observadas de modo completo no modelo de comparação desenvolvido por **Kitty van Leuven-Zwart** (1989, 1990) no qual os deslocamentos são categorizados em diferentes níveis: do micro (especificamente na frase) ao macro (segundo a autora, nas estruturas narrativas como um todo). Uma síntese muito útil desse assunto se encontra na primeira edição do livro *“Introdução aos Estudos de Tradução”* (2001:63-65), de Munday (e no trabalho de Hermans, 1999: 58-63), embora tenha sido omitida da segunda edição de 2008, por ser pouco utilizada. Aqui, nos interessamos em entender as razões implícitas que levaram esse texto a cair em desuso.

No trabalho de Leuven-Zwart, unidades textuais que estejam sendo comparadas são chamadas **“transemas”** (cf. os “translemas” em Rabadán 1991). Por exemplo, duas unidades correspondentes poderiam ser “she sat up suddenly”, em inglês, e “se enderezó”, em espanhol, que significam basicamente que ela se levantou. Sugere-se que o que esses dois transemas têm em comum é o “arquitransema”. Uma vez que se identifique isso, inicia-se a procura dos deslocamentos, que podem então ser categorizados, quase do mesmo modo proposto por Vinay e Darbelnet, a partir do paradigma descritivo. Por exemplo, é possível reparar que as duas frases ocupam posições correspondentes nos respectivos textos, embora na versão em inglês tenha um valor (a rapidez) que parece omitido em espanhol. Então instituímos essa “ausência de um aspecto da ação” como um deslocamento. Chegaremos a um ponto em que teremos compilado uma série desses deslocamentos, com a esperança de que isso resulte na formação de padrões (que manifestem algum tipo de estrutura), que possam melhorar nossa compreensão sobre o que é a tradução. Será que há algo errado com isso? Já que “sit up” (levantar-se) foi apresentado como sendo um exemplo relativamente fácil tanto para

Hermans quanto para Munday, vale a pena dedicar algum tempo à procura das possíveis dificuldades que isso implica:

- Para começar, como podemos ter certeza que o valor semântico de “repentinamente” não está na palavra em espanhol? O verbo “enderezó” está no tempo pretérito (na verdade, no pretérito indefinido), o que, em espanhol, tem um valor oposto ao pretérito imperfeito (o pretérito imperfeito, resultando na forma “enderezaba”), uma conjugação que não existe em inglês. Isto é, nas duas línguas é possível dizer que “Ele estava no processo de se levantar”, mas o inglês não tem um tempo verbal no passado para esse tipo de ações prolongadas; o espanhol tem. Podemos então argumentar, de modo puramente estruturalista, que a própria escolha desse pretérito em espanhol, carrega em si o sentido de “suddenly”. O deslocamento seria então do advérbio inglês para o tempo verbal espanhol, e seria justificado pelas diferenças entre os dois sistemas de conjugação.
- Alternativamente (embora por razões possivelmente similares), podemos analisar um corpus um pouco maior de inglês e de espanhol e perceber que o verbo inglês “sit” vem acompanhado por advérbios e partículas frasais, com bem mais frequência do que o verbo espanhol “enderezarse” (levantar) (nos dois casos “sit up” (“endireitar-se”) e “sit down” (“sentar-se”) não tem equivalência nas línguas românicas). Neste caso, o tradutor poderia ter omitido o valor “suddenly” (o que poderia ser expresso [tanto no espanhol como no português] por “de repente”) simplesmente porque isso não soa bem; isso teria sido uma colocação pouco usual (para comparar os verbos de movimento em espanhol e em inglês, ver Mora Guriérrez 2001, Slobin 1996, 2003). Podemos encontrar uma alternativa que sirva de justificativa não estrutural para a decisão do tradutor, sem que neguemos a lógica subjacente das estruturas.
- Mais complicado ainda seria tentar aplicar esse tipo de aná-

lise ao nosso exemplo “sexta-feira 13” (“Friday the 13th”). Como podemos ter certeza que o não-deslocamento se relaciona à forma ou à função? Nesse contexto de superstição, será que “martes y 13” (terça-feira 13) seria a forma padrão? O não-deslocamento? A tradução esperada? Que direito temos de escolher uma tradução e considerá-la como a “certa” ou a “esperada”, e assim relegar as outras possibilidades à categoria de “deslocamentos”?

- Finalmente, existem muitos casos nos quais a própria correspondência formal implica algum tipo de deslocamento. Por exemplo, em inglês americano, o termo *democracia* (*democracy*) correspondia formalmente ao termo da Alemanha Oriental *Demokratie* (“democracia”, como na *Deutsche Demokratische Republik* [República Democrática da Alemanha]), mas com um impressionante deslocamento de conteúdo ideológico (o exemplo é usado em Chesterman e Arrojo, 2000). Mas se for assim, será que a própria correspondência formal não representaria um deslocamento?

Em todos esses casos, percebemos que a análise ascendente dos deslocamentos pressupõe sem muita reflexão que os significados da linguagem sejam claros e estáveis (i.e. não sujeitos à interpretação), e que por isso, haja um núcleo (o “architransema”) comum e estável a partir do qual todos os outros poderiam ser considerados como “deslocamentos”. A esta altura, a abordagem tem muito mais a ver com o paradigma da equivalência do que com os preceitos da descrição científica. Mesmo que não se questione o modo fundamentalmente arbitrário a partir do qual os transemas foram identificados, restam ainda algumas dúvidas sobre a identificação do deslocamento e de sua causa. A acumulação de deslocamentos ascendentes tende a ser metodologicamente imprecisa, e a grande lista de diferenças raramente resulta em descobertas pertinentes no que se refere a análises mais acuradas. Esta abordagem pode trazer mais dúvidas e um volume ainda maior de dados. No final das contas, ela segue a orientação de algumas poucas teorias reducionistas. Esta é uma das razões

pelas quais o paradigma descritivo está cheio de teorias.

5.4.1.2 A análise descendente dos deslocamentos

O trabalho descritivo na Europa Central tendia a ser muito mais teórico do que a descrição ascendente dos deslocamentos, delineada por Catford e aprofundada por van Leuven-Zwart. Em Leipzig, **Kade** (1968) explicitamente afirmou que uma abordagem ascendente (“indução”) tinha que ser acompanhada por uma análise descendente (uma abordagem hipotético-dedutiva), para que um mínimo de resultados teóricos fossem alcançados (isto é, para que a “necessidade” e a “regularidade” da tradução fossem compreendidos). Na Bratislava e em Nitra a análise dos “**deslocamentos de expressão**” estava acontecendo praticamente nos mesmos anos do trabalho de Catford (cf. Popovič 1968, 1970; Miko 1970), mas o foco não era exatamente o mesmo. Para muitos estudiosos europeus, especialmente os provenientes dos estudos literários, os deslocamentos poderiam surgir quase de maneira independente do simples desejo de se manter uma equivalência. Seriam passíveis, portanto, de serem abordados no sentido descendente, isto é, partindo das hipóteses mais importantes sobre como podem existir e como participam da formação de tendências.

Popovič, por exemplo, defendia que existem “duas normas estilísticas no trabalho do tradutor: a norma do original e a norma da tradução” (1968/70:82). Isso parece simples a ponto de ser óbvio. Todavia, é importante considerar: assim que as duas “**normas estilísticas**” foram anunciadas, a multiplicidade de deslocamentos já está teorizada em termos de modelos coerentes (“normas” é um termo que encontraremos adiante). Este tipo de abordagem se conecta facilmente aos estudos de estilística literária, caso em que podemos distinguir as duas normas que estão em interação, como as vozes do autor e do tradutor. Em outra instância, os deslocamentos poderiam ser categorizados de maneira diferente, devido a fatores históricos (a natureza do sistema receptor, mecenato, propósito do novo texto, diferentes concepções sobre o que é tradução etc.).

Ou ainda, alguns deslocamentos poderiam ocorrer como simples resultado do próprio processo de tradução (esses deslocamentos vieram a ser considerados “universais” em potencial). Em todos esses níveis, a análise descendente dos deslocamentos procura **fatores causais** (o porquê dos deslocamentos), que são muito diferentes daqueles do paradigma da equivalência. Essas abordagens descritivas poderiam, obviamente, juntar forças com as análises ascendentes conduzidas pelos linguistas, mas suas pressuposições teóricas eram fundamentalmente diferentes. Com efeito, a despeito da imprecisão do conceito “descritivo”, essas teorias procuravam as possíveis causas (pessoais, institucionais, históricas) que explicassem por que as pessoas traduzem de maneira diferente.

Como um exemplo de análise descendente de deslocamentos de tradução relacionados à história, consideremos a questão básica: o que fazer com um **texto fonte que está em verso**? Isso foi analisado em um artigo fundamental de **James S Holmes** (1970), apresentado pela primeira vez na conferência “A Tradução como uma Arte” (“Translation as an Art”) na capital da Eslováquia, em maio de 1968 e publicado em um volume co-editado pelo próprio Holmes (um americano residente em Amsterdam), Frans de Haas (Amsterdam) e o eslovaco Anton Popovič (o que fez do livro uma publicação chave, na qual várias vertentes se reuniram).

Sabemos que em algumas culturas de chegada (especialmente na francesa, pelo menos até o final do século XIX), formas estrangeiras de versificação podem ser efetivamente vertidas em prosa. Nesse caso, a questão fica resolvida: os tradutores sabem o que fazer (traduzir em prosa), e os leitores sabem o que esperar (versos são somente para textos originalmente escritos em francês). Isso seria uma forma evidente de deslocamento, que, notavelmente, tem muito pouco a ver com a equivalência linguística. Entretanto, em outras situações culturais, deslocamentos alternativos podem ser considerados convenientes. Holmes (1970) formalizou esses deslocamentos adicionais em quatro opções (além da estratégia banal de verter verso em prosa): o tradutor pode usar uma forma que se parece com a do texto-fonte (“forma mimética”); pode selecionar

uma forma que cumpre uma **função** similar (“forma analógica); pode desenvolver uma nova forma baseada no conteúdo do texto (“forma orgânica”); ou pode inventar sua própria solução individual (“forma excêntrica”).

Um modelo de opções para tradução de versos (por Holmes, 1970)

1. *Verso em prosa*: todo verso estrangeiro é vertido em prosa, como tem sido a norma em traduções para o francês.
2. *Forma mimética*: O tradutor escolha uma forma na língua de chegada que seja a mais próxima possível daquela usada na língua de partida. Por exemplo, um soneto inglês pode muito bem ser reproduzido como um soneto espanhol, ainda que a métrica de pés em inglês não corresponda à métrica silábica do espanhol. É comum que isso envolva a proposição de uma nova forma na cultura alvo, como quando a *terza rima* foi modelada no inglês a partir da forma italiana de versificação.
3. *Forma analógica*: O tradutor identifica a função da forma na tradição da língua de partida, e em seguida encontra a forma correspondente na tradição da língua de chegada: “O argumento dessa escola é o de que, já que a *Iliada* e *Jerusalém Libertada* são épicos, uma tradução para o inglês deve ser feita em um verso apropriado ao épico em inglês: verso branco ou dístico heroico” (Holmes 1970: 95). Essa opção poderia ser uma aplicação do paradigma da equivalência em um nível textual superior. Deve ser distinguida da opção trivial “verso em prosa”, na medida em que pressupõe a identificação do modo pelo qual a forma específica do texto-fonte funciona na cultura de partida.
4. *Forma orgânica* ou derivativa de conteúdo: O tradutor se recusa a considerar exclusivamente a forma do texto fonte (como acontece nas opções anteriores) e em vez disso,

se concentra no conteúdo, “permitindo a incorporação de uma forma poética singular à medida que a tradução avança” (Holmes 1970: 96).

5. *Forma excêntrica*: Em algumas situações, o tradutor pode adotar uma escolha que não tenha conexão alguma nem com a forma nem com o conteúdo do texto fonte, e que não seja prescrita por nenhum modelo banal de tradução da cultura de chegada. Em outras palavras, tudo pode acontecer.

Holmes considera essas opções apropriadas às **diferentes situações históricas**. A forma mimética ocupa o primeiro plano “no momento em que os conceitos de gênero se tornam fracos, as normas literárias são questionadas, e a cultura de chegada, como um todo, se abre aos impulsos externos” (Holmes 1970:98). Isso pode ter sido o caso da língua alemã na primeira metade do século XIX. Por outro lado, “a forma analógica é o que se espera como escolha de um período que se configura hegemônico e excludente” (Holmes 1970:97), tal como a França neoclássica oitocentista. No que toca a forma “orgânica”, Holmes a considera como sendo “fundamentalmente pessimista em relação às possibilidades de transferências crossculturais⁶” (1970: 98) e a associa ao Modernismo do século XX. Finalmente a forma “excêntrica” é considerada, de modo não muito convincente, como tendo “uma existência obstinada ligada a

⁶ N.T. A noção de “crossculturalidade” (cuja tradução, para o português, até hoje é inexistente) surgiu nos anos 1970 com o advento da globalização, mas começou a aparecer na comunicação e nas produções literárias nas décadas de 80, notadamente com *Ourselves Among Others: Cross-Cultural Readings for Writers* (1988) de Carol J. Verburg, e *Guidelines: A Cross Cultural Reading Writing Text* (1990) de Ruth Spack. Os “estudos crossculturais” estudam as diferenças, os diálogos e/ou relações entre duas ou mais culturas/áreas de conhecimento. Não obstante, sua introdução nos estudos de tradução e/ou interpretação se deu com a professora Sandra Hales (Universidade de New South Wales, na Austrália). Propomos essa tradução com base no advérbio “cross” já existente no português, e que pode ser substituído por “entre”, ou “inter”. Considerado como morfema, torna-se essencial e, portanto, inseparável da outra parte. Temos como resultado a palavra crosscultural que transmite melhor a ideia de “ponte” entre culturas.

uma forma minoritária *underground* [...] à qual recorriam particularmente metapoetas inclinados à imitação” (1970: 99).

Nesse ponto, a análise de Holmes indica que as decisões dos tradutores são sempre determinadas pela cultura, à exceção de alguns “metapoetas” rebeldes. Quando questionados sobre como as decisões deveriam ser feitas, os descritivistas sempre poderão responder, “depende da cultura (alvo).” Afinal de contas, de quantas coisas diferentes pode depender uma decisão? Será que existe alguma forma de modular o enorme leque de variáveis que abrigam ideias como “a situação sociocultural dos tradutores”? Os descritivistas fizeram uso de pelo menos três conceitos que nos ajudam aqui: sistemas, normas, e (na falta de um termo melhor) privilegiamento da cultura-alvo.

5.4.2 *Sistemas de Traduções?*

O que Holmes faz em seu breve estudo é sistemático, em certo sentido: ele identifica e classifica as opções disponíveis, e lhes confere uma certa lógica simétrica, principalmente graças a algumas distinções imprecisas entre a forma, a função e o conteúdo. Essa é, de fato, uma teoria com um funcionamento ascendente: o teórico conceptualiza as alternativas e procura por exemplos históricos. Deve-se, no entanto, ter cuidado com o estatuto dessa sistematização. Holmes, nesse ponto, é **sistemático** (ordenado, metuculoso, completo), mas não necessariamente **sistêmico** (no que tange provavelmente a um sistema em que todos os termos, de alguma forma, dependem uns dos outros).

Se estivermos falando de um **sistema de linguagem** (como no trabalho de Halliday, um funcionalista sistêmico), poderíamos observar o falante produzir uma série de palavras, de modo que em cada momento há um conjunto *restrito* que define quais palavras podem vir em seguida. O sistema de linguagem limita as escolhas que podem ser feitas. O mesmo vale para o tradutor enquanto produtor de linguagem, uma vez que a língua de chegada impõe conjuntos limitados de escolhas, que variam à medida que pros-

seguimos com a tradução. No entanto, será que o mesmo método de decisão se aplica ao modo como vertemos um verso estrangeiro? É certo que o tradutor pode escolher entre uma das cinco opções de Holmes, e essa escolha pode ser relevante em relação à história geral das formas europeias de versificação, mas será que esta é uma decisão como aquelas em que somos obrigados a escolher entre um certo verbo ou adverbio? Será que esta decisão é realmente sistêmica? De certo modo, sim: todas as culturas de recepção têm gêneros literários, que em sua maioria mantêm relações estruturais entre si. Por outro lado, não: esses conjuntos de gêneros não precisam ter semelhança alguma com quaisquer das cinco alternativas de tradução delineadas por Holmes. A cultura de recepção é uma coisa; os conjuntos de alternativas teóricas são outra completamente diferente. Neste caso, o tipo de processo de escolha delineado por Holmes certamente não pode ser considerado uma realidade psicológica. Se o tradutor traduzia para a língua alemã, no princípio do século XIX, havia uma gama de fatores culturais e sociais que não somente tornavam apropriado o uso da forma mimética, mas também tornavam as alternativas de Holmes relativamente inaplicáveis. A cultura germânica, sem estar ligada a uma nação, estava preparada para se nutrir de outras culturas para que pudesse se desenvolver. As traduções de Homero trouxeram o hexâmetro para o alemão, e as traduções de Shakespeare, o verso branco. De fato, em 1813 Schleiermacher viu essa capacidade de se recorrer a outras culturas como a chave para estrangeirizar traduções, o que foi considerado uma estratégia tipicamente germânica. Um tradutor literário treinado nesse ambiente cultural enxergaria a “forma mimética”, ou “estrangeirizante”, como o caminho *normal* para traduzir. O tradutor poderia até entender que este é o modo verdadeiro, ou correto, pelo qual todas as traduções deveriam ser feitas, em todos os contextos socioculturais. Pode resultar daí uma teoria prescritiva (“Todas as traduções devem usar a forma mimética!”); algumas oposições estruturais poderiam ser apontadas em forma de teoria (“A forma mimética alemã é melhor do que as traduções francesas em

prosa!"); mas as escolhas não são feitas dentro de um sistema abstrato constituído por opções puramente tradutórias.

Conforme **Toury** mais tarde esclareceu (1995a: 15-16), o sistema nesse caso depende da experiência do tradutor (as opções *teóricas* disponíveis), o que deve ser distinguido das alternativas realmente disponíveis ao tradutor no momento da tradução, o que, por sua vez, é bastante diferente de como o tradutor de fato trabalha. Toury, então, faz uma distinção entre três níveis de análise: “tudo que a tradução [...] PODE implicar,” “o que ela DE FATO implica, sob diferentes circunstâncias,” e “o que é PROVÁVEL que implique, sob um ou outro conjunto de condições específicas” (1995a: 15).

Três níveis de análise em Estudos Descritivos da Tradução (DTS)

Delabastita (2008: 234) expande os três níveis de análise de Toury, relacionando-os à noção de norma, como se segue:

| | |
|--|---|
| Nível de sistema: possibilidades teóricas (“pode ser”) | Para cada problema de tradução ou de texto de partida, é possível vislumbrar toda uma gama de possibilidades ou de soluções teóricas, ou de textos alvo (como faz Holmes). |
| Nível das normas: restrições culturais (“deve ser”) | No nível intermediário das normas, algumas dessas relações serão recomendadas ou até mesmo exigidas como as únicas capazes de gerar traduções “genuínas”, enquanto outras serão descartadas, ou ainda simplesmente ignoradas. |

| | |
|--|--|
| <p>Nível da performance: prática discursiva empírica (“é”)</p> | <p>Podemos, então, observar quais relações são realmente produzidas em uma dada configuração cultural. Por definição, essas relações empíricas constituem um subgrupo das relações possíveis; sua frequência em uma dada situação cultural é uma indicação crucial de que certas normas estão em operação.</p> |
|--|--|

A abordagem descendente torna-se bastante evidente nesse ponto (ainda que se possa também trabalhar, ao mesmo tempo, no sentido contrário). Notemos, no entanto, que o termo “sistema” é usado nesse caso somente no sentido de “possibilidades teóricas”. Isso é muito diferente do tipo de sistema social ou cultural apresentado como contexto no qual as traduções funcionam. O valor relativo desse segundo sentido mais geral de sistema varia de um teórico para outro. É possível que os níveis “deve ser” e “é” sejam propriamente sistêmicos em qualquer sentido forte?

Quando **Holmes** tenta explicar por que uma opção particular de tradução é associada a um período particular, ele cita uma gama de fenômenos muito profundos: “conceitos de gênero”, “normas literárias”, “permeabilidade/impermeabilidade cultural”, “pessimismo/otimismo em relação à transferência crosscultural”, e assim por diante. Todos esses elementos estão localizados na cultura alvo; eles não pertencem a nenhum tipo de “sistema de traduções” distinto. Holmes se refere a esses fenômenos de maneira bastante informal; ele os faz parecer separados, isolados. No entanto, é possível ver tais fatos como sendo, até certo ponto, agrupados, como diferentes aspectos de uma mesma cultura. Essa segunda visão exige que entendamos as culturas como sendo sistêmicas em si. No trabalho de Holmes, esses sistemas parecem estar ligados de maneira um tanto frouxa; não há uma homogeneidade obrigatória nem uma fatalidade determinista. Para outros teóricos, particularmente aqueles mais ligados à herança do Formalismo Russo, os sistemas

culturais podem impor lógicas bastante preponderantes. Lotman e Uspenski (1971: 82), por exemplo, falam sobre culturas inteiras que são “orientadas para a expressão” (“expression-oriented”) ou “orientadas para o conteúdo” (“content-oriented”, além de várias outras classificações complexas), nunca duvidando que tais orientações caracterizem o sistema cultural inteiro. Quanto mais preponderante a lógica pela qual se presume que o sistema opera (i.e. quanto mais sistêmico ele parece ser), mais esse sistema pode ser visto como determinante da natureza das traduções.

Aqui retornamos à forma pela qual **Even-Zohar** tratou a ideia de “**polissistema**”. O “poli-”, que faz parte do termo, pode ser visto como uma indicação de que, em oposição à abordagem de Lotman e Uspenski, esses sistemas são bastante flexíveis. A lógica interna de uma cultura não determinará tudo o que pode ser feito nela. Para Even-Zohar, a literatura traduzida pode ser considerada como um tipo de subsistema que ocupa uma posição dentro do polissistema literário que a hospeda. As relações são, todavia, nítidas o suficiente para que algumas tendências gerais possam ser observadas. As traduções podem se tornar um elemento chave na literatura (e, portanto, com um status “inovador” e “central”), ou podem ser secundárias e sem importância (de status “conservador” e “periférico”). Nesses termos, a tradução é vista como uma das formas pelas quais um polissistema interfere em outro, sendo que nesse contexto o verbo “interferir” não carrega nenhum sentido pejorativo (ver Even-Zohar 1978 e artigos posteriores em seu website). Even-Zohar propõe, entre várias outras coisas, que as traduções desempenham um papel inovador e central quando

(a) um polissistema ainda não está cristalizado, isto é, quando uma literatura ainda está “jovem” em seu processo de consolidação; (b) quando uma literatura é “periférica” (dentro de um vasto grupo de literaturas correlatas), ou “fraca”, ou ambas; e (c) quando há mudanças de paradigma, crises, ou vácuos literários em uma literatura. (1978: 47)

Esses três tipos de condições são descritos como “simples manifestações da mesma lei” (1978: 47), de cuja natureza falaremos no próximo capítulo.

A forma de pensamento de Even-Zohar, ainda que lapidada em sua maneira de se expressar, vai muito além da preocupação de Holmes em explicar por que as traduções são como são. Sua conceptualização dos sistemas como dinâmicos e plurais permite a Even-Zohar questionar o que as traduções podem *de fato fazer* dentro de sua cultura alvo, e como elas evoluem a partir das relações entre culturas (particularmente em termos de inferioridade e prestígio). Assim, ele agrega vários elementos a descobertas iniciais, tais como o alerta de Mukařovsky de que a literatura se desenvolve graças à tradução. A descoberta geral de Even-Zohar é algo negativa, já que conclui que “a posição ‘normal’ ocupada pela literatura traduzida tende a ser periférica” (1978:50), isto é, que as traduções tendem a ter um efeito conservador, que consolida ao invés de revolucionar e inovar. É improvável que tal descoberta encontre aceitação no contexto de uma disciplina inclinada a ver as traduções como uma motivação sub-reptícia para mudanças. Even-Zohar mesmo assim insiste que a tradução é um elemento essencial para a compreensão de *qualquer* sistema cultural, uma vez que nenhuma cultura é uma entidade totalmente independente.

Por isso, o significado e a importância do termo “sistema” variam de um teórico para o outro. Em cada caso, vale a pena ler as descrições com rigor, dando-se uma atenção especial aos verbos e seus agentes (quem está fazendo o quê). Em teorias fortes de sistemas, podemos notar que os próprios sistemas agem como se fossem pessoas. Em outras abordagens, as pessoas aparecem como agentes que atuam nos sistemas de restrições. Essa é uma diferença crucial, que tem consequências em questões fundamentais, tais como a liberdade humana, a lógica determinista da história, e, em alguns casos, até o papel e a natureza das traduções.

Ainda falando sobre dificuldades terminológicas, devemos reparar um problema similar com o termo “**função**”. Para os estudos descritivos, a “função” de uma tradução geralmente está ligada à

sua posição dentro do sistema correspondente, o que vai ao encontro de uma metáfora espacial. Quando definimos que, dentro de um dado sistema cultural, uma tradução é relativamente “**central**” ou “**periférica**” (ou algo no meio disso), efetivamente dizemos que a sua função é ou mudar ou reforçar (ou algo no meio disso) a língua, a cultura ou a literatura de chegada. A função, nesse caso, é o que o texto faz no sistema. Para o paradigma de propósito, por outro lado, a “função” de uma tradução está geralmente amalgamada ao *escopo* (*Skopos*), à finalidade que a tradução deveria possibilitar em situações específicas; assim como se assume que a função de um texto fonte seja o objetivo para o qual ele é usado (ensinar, expressar, vender etc.). Embora ambos os paradigmas possam reclamar para si o termo “funcionalista”, “função” tem um significado para a teoria de sistemas (uma posição e um papel dentro de um conjunto de relações de larga escala) e outro para a teoria de ação (uma ação dentro de uma situação que envolve vários agentes). Deve existir, obviamente, um ponto de contato entre as duas concepções, porém poucos teóricos efetivamente chegaram a procurá-lo. Esta é uma via pela qual podemos pensar esta relação: na superfície, pode parecer que o propósito da tradução, o *escopo* (*Skopos*), varia em contextos diferentes. Todos os contextos são diferentes, mas todos sofrem restrições sociais e culturais mais amplas, que os limitam e orientam. Deve ser possível, portanto, conectar alguma função sistêmica mais abrangente a funções situacionais mais restritas.

A Teoria do Escopo (*Skopostheorie*) permaneceu relativamente indiferente ao descritivismo descendente, assim como os estudos descritivos estruturalistas tradicionalmente se distanciaram do olhar mais aproximado da dinâmica das situações (a análise que Lefevere fez em 1992 do mecenato é uma notável exceção). Ambos os paradigmas são fortemente relativistas; ambos se recusam a ver o texto fonte como o único fator determinante da tradução. Ainda assim, há muito tempo eles seguem direções distintas.

Se existe uma ponte histórica digna de nota entre as duas noções de função, talvez ela possa ser encontrada na noção de normas.

5.4.3 Normas

Em seu esquema tripartido (que reproduzimos acima), após o nível do que “pode ser”, **Toury** abre um espaço para o que “deve ser”, que ele descreve como “normas”. As normas estão, portanto, colocadas em algum lugar entre possibilidades abstratas (tais como as alternativas de Holmes) e o que os tradutores realmente fazem (os tipos de pragmática com os quais a *Teoria do Escopo* realmente lida). Para Toury, normas são

a tradução de valores ou ideias gerais compartilhadas por uma comunidade [...] na forma de instruções de performance apropriadas e aplicáveis a situações particulares, que especificam o que é prescrito e o que é proibido assim como o que é tolerado e o que é permitido em uma certa dimensão comportamental. (1995a: 55)

O termo “*instruções de performance*” poderia sugerir que as normas correspondem às exigências de um cliente ou a um *Escopo*. Poderia também ser erroneamente associada a um conjunto de regras ou diretrizes oficiais (que são de fato chamadas *normas* em espanhol). No paradigma descritivo, entretanto, o termo *norma* costuma funcionar em uma esfera mais social, mais ampla. Poderíamos, por exemplo, dizer que no século XIX a norma para traduzir versos de outra língua para o francês era vertê-los em prosa. Não existia uma regra oficial que dissesse que isso deveria ser feito, mas havia um acordo tácito coletivo. Quando os tradutores se deparavam com o texto estrangeiro, tomavam como certo que seu trabalho não era imitar nem sua forma, nem sua sonoridade. Quando os editores contratavam tradutores, era isso que esperavam deles. E quando os leitores se defrontavam com uma tradução literária, da mesma maneira aceitavam que poesia estrangeira deveria simplesmente ser traduzida em prosa. É claro que a norma não era respeitada por todos os tradutores; normas não são leis que todos

devem seguir. Basicamente, são a prática padrão comum a partir da qual todas as outras se definem. Até aqui, não há quase nenhum problema.

Por que a norma “verso em prosa” surgiu? Sob vários aspectos diferentes, ela incorporava indubitavelmente a ideia geral de que a cultura francesa era superior às outras. Segundo Toury, pelo menos essa parcela das “ideias e valores principais” da sociedade é transmitida. Aceitando-se essa superioridade, não existia nenhuma razão para se admitir qualquer influência estrangeira sobre o sistema existente de gêneros literários neoclássicos. Segundo Even-Zohar, o reconhecimento do prestígio do sistema de chegada conferia à tradução um papel periférico e, portanto, um leque muito conservador de formas aceitáveis. Ademais, se seguimos Toury, há também algum tipo de penalização social (mas não jurídica) envolvida sempre que o tradutor não adere à norma. Por exemplo, um texto que se afaste radicalmente dos gêneros estabelecidos pode ser considerado peculiar, feio, ou simplesmente não digno de crédito. Em toda cultura, a natureza de uma boa tradução é determinada por tais normas, já que “traduções ruins” são penalizadas de alguma maneira, mesmo que apenas por adjetivos banais como “ruim”. Naturalmente, em meios sociais governados por uma lógica vanguardista, o desrespeito às normas pode, pelo contrário, ser a marca de uma tradução superior. A quebra de normas pode, portanto, caracterizar não apenas traduções que são ruins, mas também aquelas que são excepcionalmente boas.

O conceito de normas cobre várias coisas relacionadas, mas diferentes. Toury faz uma distinção básica entre as “**normas preliminares**”, que dizem respeito ao tipo de texto e ao modo de traduzir (direto e indireto etc.), e “**normas operacionais**”, que justificam todas as decisões tomadas no ato de tradução. No entanto, como no exemplo “verso em prosa”, normas também têm dimensões sociais e epistemológicas diferentes. Isso diz respeito ao que os tradutores acreditam que devem fazer, o que os clientes acham que os tradutores deveriam fazer, como os leitores pensam que as traduções devem ser e quais traduções devem ser consideradas repreensíveis ou

especialmente louváveis no sistema. **Chesterman** (1993) organiza esses vários aspectos através da distinção entre “**normas profissionais**”, que cobrem tudo que se relaciona ao processo de tradução, e “**normas de expectativa**”, que são o que as pessoas esperam que seja o produto da tradução. Se os tradutores em uma dada sociedade costumam acrescentar inúmeras notas explicativas, isso pode ser uma norma profissional. Se os leitores ficam frustrados quando essas notas não aparecem, ou quando aparecem em um lugar inusitado (talvez no início do texto, em vez de no rodapé), essa frustração estará relacionada às normas de expectativa. Idealmente, os diferentes tipos de norma reforçam uns aos outros, de modo que os tradutores tendem a fazer o que os clientes e leitores esperam deles. Em tempos de mudança cultural, os vários tipos de normas podem, todavia, entrar em conflito, resultando numa tensão considerável. De fato, em sistemas de mudanças auto induzidas, uma lógica vanguardista extrema pode significar que todos os produtores de texto, incluindo os tradutores, comecem a quebrar normas, e os leitores então esperem que as normas sejam quebradas. Isto é, a quebra de normas pode se tornar a norma, como ocorreu no Modernismo extremo.

A ideia de normas e de quebra de normas se mostra importante pela forma como a pesquisa descritiva se relaciona com outros paradigmas da teoria da tradução. Se aplicarmos seriamente o conceito de normas, devemos provavelmente desistir da ideia de definir de uma vez por todas o que uma boa tradução deva ser (embora talvez seja possível dizer com o que se parece um efeito social bom ou ruim, e assim avaliar o modo pelo qual as normas funcionam, cf. Pym 1998b). De fato, a própria noção do que é tradução deve ser relativizada. Como dissemos, esse **relativismo** seria um importante ponto de contato com o paradigma do *Escopo* (e com o paradigma da incerteza que conheceremos no próximo capítulo). Entretanto, o mesmo relativismo vai de encontro à boa parte dos estudos linguísticos feitos dentro do paradigma da equivalência. Quando um linguista analisa um texto fonte para saber como ele pode ou deve ser traduzido, assume-se de início que as respostas

virão da natureza do texto fonte e, portanto, que a natureza da tradução é bastante clara; não há muito relativismo envolvido. No paradigma do *Escopo*, as respostas provêm da situação em que a tradução é feita, de tal forma que não importa muito se o texto é uma tradução ou uma reescrita livre. No paradigma descritivo, no entanto, qualquer questão sobre as fronteiras entre traduções e não traduções pode encontrar sua resposta nas normas, que por sua vez manifestam valores oriundos de um sistema mais abrangente dentro do qual o tradutor está atuando. Nesse sentido, a teoria das normas coloca a tradução em algum lugar entre a certeza relativa da equivalência e a indiferença relativa da teoria do *Escopo*.

Tais comparações de paradigmas podiam ser exploradas nos anos 80, quando as diferentes abordagens começavam a se cristalizar em uma disciplina experimental chamada Estudos da Tradução. Os estudiosos que estavam trabalhando com o paradigma descritivo, geralmente com um pé nos estudos literários, tinham legitimidade para criticar o limitado trabalho “prescritivo” feito no paradigma da equivalência. Como pode uma teoria querer dizer a alguém como traduzir, quando a própria noção de tradução varia tanto de uma época a outra e de uma cultura a outra? Inicialmente, o convite para o descritivismo foi de certa forma uma negação direta do tipo de **prescrição** associada ao paradigma da equivalência. De maneira análoga, enquanto o paradigma da equivalência suscitava as análises a começarem a partir do texto fonte e de seu papel na situação de partida, o paradigma descritivo favorecia o texto *alvo* e sua posição no texto de *chegada*. Toury (1995a) explicitamente recomenda **começar a análise a partir da tradução** e não do texto fonte; assim ele criou espaço para uma pesquisa que absolutamente não leva o texto fonte em consideração. Por exemplo, é possível simplesmente comparar diferentes traduções, ou comparar traduções com não traduções dentro do sistema alvo. Esse tipo de oposição ferrenha contribuiu para que Toury se tornasse o *enfant terrible* de sua época.

A noção de normas, no entanto, permitiu que um certo prescritivismo fosse introduzido nos estudos descritivos, quase de modo

sub-reptício. Mesmo que o papel da teoria não fosse o de dizer aos tradutores como traduzir, uma abordagem descritiva poderia identificar as normas pelas quais uma tradução seria considerada boa em um dado contexto. Isso propiciou a aplicação dos estudos descritivos no treinamento de tradutores e intérpretes. Toury (1992) sugeriu, por exemplo, que se propusesse a estudantes verter um mesmo texto, seguindo normas diferentes (e.g. traduzir como um tradutor do século XII, em Toledo, ou sob a batuta da censura). O estudante perceberá então, que há várias formas diferentes de se traduzir, cada uma com suas vantagens e desvantagens. Obviamente, o mesmo tipo de exercício pode ser proposto dentro do paradigma do propósito: traduzir um texto de diferentes formas para alcançar diferentes propósitos. Paradigmas diferentes podem levar a atividades semelhantes de treinamento.

Procurando por um modo alternativo de compatibilidade, Chesterman (1999) propõe que o estudo das normas deverá capacitar professores e alunos a prever o relativo **sucesso mercadológico de uma ou outra estratégia**. Nenhum professor pode dizer a um aluno que essa é a única maneira de traduzir (já que há muitas normas disponíveis), mas um estudo empírico pode tornar possível prever o sucesso ou o fracasso de quando as normas dominantes forem respeitadas ou violadas. Chesterman (1999) formulou sua posição reconciliadora da seguinte maneira:

Afirmações como “Em princípio, em textos de autoridade e expressão [as metáforas do original] devem ser traduzidas literalmente” (Newmark 1988: 112), ou “traduções devem tentar produzir nos leitores o mesmo efeito que o texto original teve nos seus”, ou “tradutores devem traduzir de modo transgressor, não de modo fluente”; podem ser parafraseadas aproximadamente assim: “Prevejo que se os tradutores *não* traduzirem da maneira que eu estou prescrevendo, o resultado será de que os leitores não irão apreciar suas traduções / que o editor irá rejeitar o texto / que as relações interculturais irão se deteriorar” e assim por diante.

De todas essas maneiras, o conceito de normas ajudou a construir pontes sobre as lacunas entre o descritivismo e o prescritivismo.

Um problema de ordem metodológica diz respeito à **forma como as normas podem ser descobertas**. Uma abordagem ascendente poderia agrupar várias traduções, procurar pelos deslocamentos, e entender qualquer padronização constante desses deslocamentos como uma “norma”. Isso dá muito trabalho e não esclarece devidamente por que as normas estão lá; mas pode ser uma contribuição valiosa. De modo alternativo, Toury (1995a) dá uma atenção especial a “**pseudotraduções**”, entendidas como textos apresentados sob a forma de traduções, mas que são, na verdade, criações originais. Em húngaro, por exemplo, as narrativas de ficção científica são frequentemente apresentadas como traduções do inglês americano, ainda que tenham sido escritas diretamente em húngaro, com autores inventados, biografias inventadas, e toda a pompa de um produto estrangeiro (Sohár 1999). Essas pseudotraduções são encontradas em várias culturas, com inúmeras funções diferentes (Santoyo 1984). Para Toury, no entanto, o seu maior interesse reside no fato de que elas podem indicar como a cultura alvo espera que as traduções sejam e frequentemente como essa cultura se relaciona com outras em termos de prestígio. Isso pode indicar um atalho para a identificação e possível explicação das normas.

Uma abordagem descendente para a descoberta de normas começaria com dados peritextuais tais como revistas e críticas, que nos informariam sobre as normas de expectativa envolvidas na recepção de uma tradução. Uma pesquisa mais minuciosa pode economizar recursos ao se concentrar, particularmente, nos debates públicos sobre normas e quebras de normas, assim identificando e analisando as mudanças de normas à medida que elas acontecem (cf. Pym 1997). Uma abordagem como essa ajuda a conectar a teoria descritiva com visões mais dinâmicas (e talvez menos sistêmicas) da história cultural.

Dessa forma, o conceito de normas contribuiu para a aproximação de várias abordagens, ao mesmo tempo em que a descoberta

empírica das normas sem dúvida aumentou a nossa compreensão histórica da forma como operam as traduções. O conceito fundamental, entretanto, não é tão nítido quanto parece. Consideremos, por exemplo, o modo pelo qual o sociólogo alemão **Niklas Luhmann** (1985) descreve as normas legais como “**expectativas contrafactuais**”, no sentido de que elas não levam em conta a forma como as pessoas se comportam. Quando essas expectativas são frustradas (por exemplo, descobrimos que há criminosos), as normas legais não se conformam à mudança (ou seja, criminosos devem ser punidos, pouco importando quantos existam). É possível que muitas das normas de expectativa relacionadas à tradução sejam também de natureza contrafactual. Por exemplo, não importa quantas vezes identifiquemos traduções como domesticadoras (ou estrangeirizantes, ou explicativas, ou repletas de deslocamentos, etc.), o público consumidor pode ainda insistir que não é assim que deveria ser. Se for assim que algumas normas funcionam, então o levantamento ascendente de ocorrências jamais terá relação com os ditames sociais do que é ou não aceitável. Esse é basicamente o motivo pelo qual uma abordagem descritiva das normas demanda conceitos teóricos. Ao mesmo tempo, é a razão do paradigma descritivo estar cheio de teorias.

Sempre que os teóricos falam sobre normas, devemos perguntar como exatamente eles as descobriram. No caso de uma análise ascendente, é possível que nem todos os padrões empíricos tenham o mesmo *status* de fato social ou psicológico. E no caso de uma análise descendente, deveríamos nos perguntar onde os teóricos encontraram as categorias de análise, e por quê.

5.4.4 *Traduções “assumidas”*

Aqui se encontra outro problema teórico que afeta o coração das metodologias empíricas. Se resolvermos descobrir a diversidade histórica e cultural das normas de tradução, será que, já de início, podemos fingir ter certeza do que significa o termo “tradução”? Se a resposta for sim, quais exatamente devem ser os critérios que

utilizaremos para reunir um conjunto de elementos que definiriam “traduções”? Se não, como poderíamos evitar impor nossas próprias normas de tradução a outras épocas e culturas? Essa é uma das aporias teóricas clássicas que tendem a assombrar pesquisadores de culturas ocidentais dominantes.

A solução de Toury para o problema foi deixar a invenção de definições para as pessoas que são nosso objeto de estudo. Para ele, “será considerado uma ‘tradução’ qualquer enunciado que seja apresentado ou visto como tal na língua de chegada, sob qualquer pretexto” (Toury 1995a: 20). Em outras palavras, devemos esperar para ver o que cada cultura e cada época têm a dizer sobre o que é ou não uma tradução. A solução é o conceito operacional de “*tradução assumida*” o que significa simplesmente que **uma tradução é de fato uma tradução somente enquanto alguém assume que ela o seja**. Uma pseudotradução é vista como tradução somente enquanto o truque funciona, e se torna uma não-tradução para aqueles que estão cientes do falso pretexto.

Essa solução permanece cheia de dificuldades lógicas. Por exemplo, se cada língua tem diferentes palavras para “tradução”, como podemos saber se essas palavras são traduções umas das outras? Para escolher as palavras, teríamos de ter certeza do nosso próprio conceito de tradução, ou mesmo algumas opiniões claras sobre o que são traduções boas ou ruins. O debate sobre essa questão foi uma das atividades mais essenciais, porém mais abstrusas nos Estudos de Tradução (cf. entre outros Gutt 1991; Toury 1995b; Hermans 1997, 1999; Halverson 2004, 2007; Pym 1998a, 2007a). Para alguns deles o problema simplesmente não tem solução, já que se usarmos nossos próprios conceitos para descrever um termo de outra cultura “naturalmente traduzimos esse outro termo conforme nosso conceito de tradução e para o nosso conceito de tradução; e, ao domesticá-lo, inevitavelmente o reduzimos” (Hermans 1997:19). No outro extremo, podemos argumentar que os dados empíricos são tão diversos e irregulares que devemos fazer uma imposição ou seleção inicial, para que a pesquisa possa pelo menos ser iniciada (cf. Pym 2007a; Poupaud et al. Ainda a

ser publicado). O melhor que podemos fazer é sermos honestos e autocríticos sobre nossos princípios e critérios iniciais e abertos à descoberta de novos conceitos no curso da pesquisa. Por mais diferentes que possam parecer essas duas opções, ambas aceitam que conceitos de tradução são cultural e historicamente relativos e que podem ser descritos em termos explícitos. Ambas estão, portanto, dentro do paradigma descritivo. É interessante que as duas abordagens diferem do conceito de Toury de traduções assumidas. A diferença fundamental entre os dois lados está mais relacionada ao papel atribuído ao indeterminismo, que discutiremos em um capítulo próximo.

5.4.6 A Prioridade do Contexto de Recepção

Como notamos, **Toury** provocou um distúrbio nos estudos de tradução baseados em linguística, não somente por se opor ao prescritivismo, mas mais fundamentalmente por insistir que as traduções devem ser estudadas em função de seus contextos de *recepção* e não em relação aos de partida (ver Toury 1995b: 136). Isso levou a uma posição extrema: nas palavras de Toury, “traduções devem ser consideradas como fatos das culturas de recepção” (1995b: 139; cf. 1995a: 29). Essa proposição deve ser entendida como parte de uma metodologia específica de pesquisa; ela não implica que traduções de alguma maneira não tenham textos fonte (o que resultaria no absurdo de que todas as traduções são na verdade pseudotraduções). O argumento de Toury parte de que todos os fatores necessários para descrever as especificidades de funcionamento das traduções podem ser encontrados no sistema de recepção. Isso decorre da aceitação de que os tradutores “operam antes de qualquer coisa nos interesses da cultura para qual estão traduzindo” (1995a: 12), ou para reforçar as normas da cultura alvo ou para preencher “lacunas” (*gaps*) observadas.

Esses preceitos metodológicos gerais deram bons frutos. Quando se estuda, por exemplo, um corpus de teatro inglês traduzido para o espanhol (Merino 1994) ou traduções censuradas na Espa-

nha Franquista (Merino e Rabadán 2002), mesmo quando o material está organizado em pares inglês-espanhol, os deslocamentos fazem sentido no que diz respeito às normas do sistema hospedeiro espanhol, especialmente quando se trata da censura sistêmica do regime de Franco e suas várias representações ao longo do tempo (para uma visão mais ampla do projeto sobre tradução e censura, ver Merino Álvarez 2005; para projetos de pesquisa associados ao desenvolvimento inicial do paradigma descritivo, ver Lambert 1988, 1995). Nesses e outros estudos de caso, as traduções são de fato entendidas como elementos da cultura de chegada, e muitos dados quantitativos foram obtidos usando essa orientação.

O princípio da prioridade do *contexto de recepção*, portanto, nunca foi contestado. Os pesquisadores que estavam trabalhando na tradução literária em **Göttingen** nos anos 90 em geral preferiam um **modelo de “transferência”** que explicitamente demarcasse os movimentos entre culturas fonte e alvo. Outros pesquisadores protestaram contra a separação em duas culturas, argumentando que os tradutores tendem a trabalhar em um espaço **“intercultural”** que as sobrepõe (cf. Pym 1998a). De modo geral, assim como o problema de definir as traduções, a oposição binária entre fonte e alvo tem sido cada vez mais criticada de dentro do paradigma indeterminista, como veremos posteriormente.

5.5 Os Estudos da tradução como disciplina acadêmica

A transformação do descritivismo em ciência é em muitos aspectos uma aspiração estruturalista, forjada na crença de que a pesquisa metodológica revelará relações ocultas. Supostamente deve haver uma lógica mais ampla sob os fatos observáveis. Esse movimento é às vezes levado ainda mais adiante; “A ciência *pela* ciência” (“Sciences *qua* sciences”), afirma Toury, “é caracterizada por uma incessante busca por leis” (1995a: 259, buscando apoio em Even-Zohar 1986). Assume-se então que o objetivo dos Estudos da Tradução seja o de **descobrir leis**, e no próximo capítulo conside-

raremos algumas das leis propostas até agora. O que nos interessa mais aqui é o modo pelo qual essa orientação foi capaz de moldar um movimento. Na visão de Toury, Os Estudos Descritivos da Tradução não apenas têm um ponto de partida (a identificação metodológica e a análise dos fatos) como também um objetivo coletivo geral (a formulação de leis abstratas baseadas em abundantes fatos observados). Este é um paradigma que pode levar a algum lugar.

Curiosamente, dado o contexto histórico, a crença geral na ciência e nos seus objetivos concedeu **pouco espaço para uma análise autocrítica** da comunidade científica ou mesmo dos efeitos sociais da própria pesquisa. Na época em que o paradigma descritivista estava se desenvolvendo, tais questões pareciam irrelevantes. Havia tanta convicção no projeto, e os pesquisadores estavam, presumivelmente, tão autoconfiantes, que esse se tornou o primeiro paradigma capaz de se posicionar perante os outros. De fato, foi graças a essa nova postura que a disciplina dos Estudos da Tradução passou a ser entendida como um empreendimento coordenado e coletivo. Isso pode ser visto na figura 5, que mostra a proposta original de Holmes para os **Estudos da Tradução** (ainda que na verdade o diagrama tenha sido desenhado por Toury):

Quadro de Holmes (imagem)

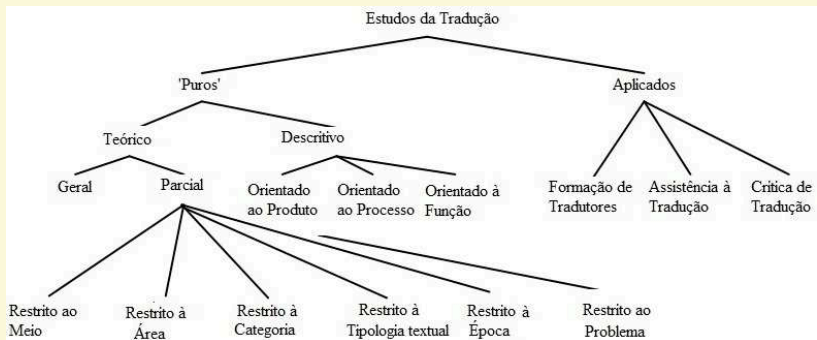


Figura 5. Concepção de Holmes dos Estudos da Tradução (por Toury 1991: 181; 1995: 10)

Reproduzimos aqui o diagrama para destacar três coisas. Primeiro, a divisão inicial entre “Puros” vs. “Aplicados” significa que o lugar da equivalência e dos paradigmas orientados ao propósito está muito longe do trabalho descritivo: presumivelmente, eles estão mais próximos da parte “aplicada”, enquanto o ramo “Descritivo” é “puro” o bastante para formar um par independente com “Teoria”. Se a busca por leis é vista como o propósito primordial da disciplina (e não a melhora das traduções ou dos tradutores, por exemplo), então a disciplina se torna mais pura à medida que as categorias se tornam mais abstratas. De fato, o diagrama justifica as razões pelas quais os tradutores e formadores tendem a não gostar das teorias da tradução. Segundo, somos compelidos a achar publicações em cada uma das lacunas que encontramos. Mesmo dentro do ramo descritivo, por exemplo, nos deparamos notavelmente com poucas pesquisas que possam ser consideradas “orientadas para função”, que presumivelmente lidariam com o que as traduções realmente fazem dentro das culturas e sociedades, ou como as traduções são realmente recebidas. Quanto à série de compartimentos sob “Parcialmente Teóricos”, há algum estudo que nela se encaixe perfeitamente? E terceiro, não existe **um espaço real para pessoas** nesse esquema, nem para tradutores, nem para pesquisadores ou teóricos. O paradigma descritivo parece, então, mal equipado para pensar sobre suas próprias falhas epistemológicas.

Não é de se surpreender que o paradigma descritivo não tenha sido capaz de impor o seu esquema disciplinar a todos os outros. Como disciplina acadêmica, os Estudos da Tradução nasceram dentro desse paradigma, mas o espaço criado foi logo descrito como uma “**interdisciplina**” (após Toury e Lambert 1989:1), como um lugar a partir do qual muitos outros modelos e metodologias podem ser elaborados. Os proponentes do descritivismo não estavam completamente fechados ao resto do mundo.

5.6 Questões Frequentemente Discutidas

Tentaremos, a partir de agora, reunir algumas observações gerais referentes ao desenvolvimento histórico do paradigma descritivo.

O que se segue são aspectos geralmente considerados positivos:

1. A variedade e vitalidade históricas da tradução foram reveladas.
2. O paradigma desempenhou um papel central na legitimação dos Estudos da Tradução como disciplina acadêmica.
3. Proporcionou um entendimento que é potencialmente útil para todos os aspectos dos Estudos da Tradução, inclusive para as abordagens prescritivas às quais originalmente se opunha.
4. Rompeu com muitas opiniões prescritivas do paradigma da equivalência, embora isso tenha resultado na invenção de suas próprias ilusões de objetividade.

Para contrabalançar esses pontos positivos, uma série de argumentos sobre as falhas aparentes do paradigma:

1. O empreendimento descritivista é, em última análise, positivista, e não consciente de sua própria posição e papel históricos. Ele sofre das mesmas desvantagens que o resto do estruturalismo.
2. A definição de “tradução assumida” é circular, e eventualmente se apoia nos critérios do próprio teórico.
3. As descrições não nos ajudam no contexto de formação, no qual as prescrições são fundamentalmente necessárias.
4. Todos os modelos se referem a textos e sistemas, mas não a pessoas (ver mapa de Holmes, no qual não há espaço para estudos sobre tradutores).
5. O foco sobre a recepção não pode explicar todas as relações (particularmente no caso da tradução em contextos pós-

-coloniais, ou sempre que as assimetrias de poder sejam tão preponderantes que a cultura de partida simplesmente não possa ser ignorada).

6. O foco nas normas promove posições conservadoras, permitindo que o “deve ser” seja derivado do “é”. Isso impede o trabalho sobre ética crítica.

Muitos estudiosos reagiram a essas questões. **Toury** (1992), por exemplo, aponta as vantagens das descrições nos **contextos de formação**, já que podemos apresentar alternativas para ilustrar que “tudo tem seu preço”. Reparamos acima como **Chesterman** (1999) também argumentava que uma pesquisa empírica deveria reforçar o treinamento, já que pode ser utilizada para prever o sucesso ou o fracasso de certas estratégias. Quanto à aparente sanção do conservadorismo, Toury propõe que treinemos os estudantes para quebrar normas, como ele mesmo fez dentro dos Estudos da Tradução.

Em relação à suposta falta de uma dimensão humana, o conceito abstrato de normas de Toury é contrabalanceado por um sério interesse sobre como os tradutores se formam (1995: 241-258), e os recentes movimentos dentro do projeto descritivista têm sido na direção de incorporar modelos sociológicos, particularmente o conceito de “habitus” de **Bourdieu** (de forma variada após Herman 1999 e Simeoni 1998). Isso coincidiria com a ideia de entender a história da tradução como a **história dos tradutores** (cf. Delisle e Woodsworth 1995, Pym 1998a). Também se relaciona aos muitos estudiosos da tradução que têm se engajado na escrita da história literária, frequentemente com um entendimento humanista, no qual os tradutores têm papel de destaque.

Não obstante esses argumentos, uma considerável resistência ao descritivismo é encontrada em instituições de formação, que, de maneira geral, foram mais longe que as teorias de propósito gerêmicas. Ao mesmo tempo, o impulso básico dos estudos relacionados à recepção ameaça retirar dos departamentos tradicionais de

línguas modernas aquilo que eles fazem de melhor (ensinar línguas e literaturas de partida), e, sendo assim, é improvável que consiga apoio nessa área. Assim, a teoria descritiva procurou operar nas margens das comunidades de formação mais estabelecidas, tornando as teses de doutorado úteis para propostas de emprego.

Para onde irá o paradigma descritivo a partir daqui? Indicações recentes apontam para uma “**virada sociológica**”, para algum tipo de aliança com uma disciplina melhor equipada para lidar com variáveis contextuais. **Theo Hermans** (1999), por exemplo, finaliza seu relatório sobre o paradigma apontando o caminho para as sociologias de **Bourdieu** e **Luhmann**. Mas depois de virarmos essa esquina, o que encontramos? Na maioria dos casos, uma miríade de dados, com poucas categorias capazes de organizá-los em termos de comunicação crosscultural. As grandes sociologias Modernistas são baseadas no mesmo estruturalismo que alimentava a história do próprio paradigma descritivo, embora nesse caso tendo mais espaço para a autorreflexão (o sociólogo pode fazer a sociologia dos sociólogos). Mais problemático ainda, essas sociologias são em sua vasta maioria voltadas a sociedades individuais, a sistemas que funcionam no esquema que sempre prevaleceu nesse paradigma: “ou uma coisa, ou outra”. Elas se encaixam tão bem com a orientação para a recepção das abordagens descritivas que correm o risco de contribuir com muito pouco. De fato, os estudos literários descritivos das décadas de 70 e 80 já faziam um tipo de sociologia sistemática. Uma nova “virada sociológica” corre o risco de nos fazer andar em círculos.

Recebido em: 02/01/2016

Aceito em: 18/03/2016

Publicado em setembro de 2016

Resumo

Esse capítulo esboçou o *background* histórico e intelectual do paradigma descritivo da teoria da tradução. O paradigma foi desenvolvido principalmente por estudiosos trabalhando em culturas minoritárias. Embora baseado numa pesquisa empírica, tem um conjunto de conceitos verdadeiramente teóricos, muitos dos quais podem ser traçados do Formalismo Russo para o trabalho feito na Europa central, para a Escola de Tel Aviv, e para os estudiosos de Holanda e Flandres. A disciplina acadêmica dos Estudos da Tradução começou a ganhar forma com as trocas entre esses grupos. De maneira geral, as teorias descritivas se opõem ao paradigma da equivalência na medida em que procuram não ser prescritivas, colocando seu foco nos “deslocamentos”, e não nos tipos de equivalência, sem se empenhar em análises extensivas da cultura de partida. Elas tendem a ser como as abordagens de escopo (*Skopos*) voltadas ao propósito, no sentido de que elas enfatizam o contexto da cultura de chegada e a função das traduções dentro desse contexto. Elas, ainda assim, diferem das abordagens voltadas ao propósito no sentido de que enxergam as funções em termos de posições ocupadas pelas traduções dentro dos sistemas de chegada, e não no que se refere a clientes ou exigências. As teorias descritivas também têm interesse nos modos pelos quais as traduções normalmente se configuram em contextos particulares, e não pelos quais elas diferem. São então capazes de falar sobre as “normas” baseadas no consenso, que definem como as traduções são produzidas e recebidas. O paradigma é assim relativista, na medida em que é bem consciente de que o que é considerado uma boa tradução em um contexto histórico pode não ser avaliado dessa maneira em outro. A pesquisa baseada nesses conceitos foi muito importante para que se revelasse a vasta diversidade de práticas tradutórias em diferentes períodos históricos, diferentes culturas e diferentes tipos de comunicação.

Fontes e leituras sugeridas

Um bom relato histórico das teorias de sistemas pode ser encontrado nos primeiros capítulos de *Translations in Systems*, de Theo Hermans (1999). O resultado das várias conferências em Bratislava, em 1968 (ed. Holmes, de Haan, Popovič, 1970), Leuven, em 1976 (ed. Holmes, Lambert, van den Broeck, 1978) e Tel Aviv em 1978 (ed. Even-Zohar e Toury 1981) estão cheios de soluções *ad hoc* para o desenvolvimento desarticulado do paradigma, ainda que os livros sejam difíceis de encontrar. O mesmo pode ser dito em relação à importante coletânea *The Manipulation of Literature* (ed. Hermans 1985), que é mais interessante do que seu título leva a crer. Quem quiser empreender uma pesquisa empírica sobre traduções deve ter se deparado com *Descriptive Translation Studies and beyond* (1995), de Gideon Toury, mesmo que tenha sido apenas como ponto de referência. Vários artigos sobre os aspectos metodológicos estão disponíveis online nos sites de Itamar Even-Zohar (<http://www.tau.ac.il/~itamarez/>) e Gideon Toury (<http://www.tau.ac.il/~toury/>). Uma abordagem descritiva mais interessante da tradução literária está em *Translation, Rewriting, and the Manipulation of Literary Fame* (1992), de André Lefevere. Para *insights* sobre os vários aspectos socioculturais dos estudos descritivos, ver a seleção de artigos de José Lambert em *Functional Approaches to Culture and Translation* (ed. Delabastita, D'hulst & Meylaerts, 2006). Para um relato crítico dos sistemas e normas, ver Pym (1998a). Uma ampla atualização do trabalho recente sobre o paradigma descritivo pode ser extraída do volume *Beyond Descriptive Translation Studies* (ed. Pym, Shlesinger, Simeoni, 2008).

Projetos e atividades sugeridas

1. Considere todas as situações linguísticas em que você participa em um dia típico, não apenas nos jornais, televisão ou internet, mas também nas lojas, bancos e serviços públicos. Quanto desse material linguístico deve ter sido traduzido, de uma forma ou de outra? (Considere notícias ou eventos que ocorreram fora da sua linguagem). Quanto desse material está explicitamente assinalado como tradução?
2. Onde os tradutores e intérpretes trabalham na sua cidade? Quais são as leis ou políticas que orientam seus trabalhos?
3. Procure traduções para a sua língua de João 1, similares a estas (retiradas de Nord 2001):

a) In the beginning was the Word, and the Word was with God, and the Word was God.

b) Au commencement était le Logos; et le Logos était près de Dieu, et le Logos était dieu.

c) En el principio existía el Verbo, y el Verbo estaba con Dios, y el Verbo era Dios.

d) Al principio era el Verbo, y el Verbo estaba en Dios, y el Verbo era Dios.

e) No principio era o Verbo, e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus.

f) In principio era il Verbo, e il Verbo era presso Dio e il Verbo era Dio.

g) Im Anfang war das Wort, und das Wort war bei Gott, und Gott war das Wort.

h) Zuerst war das Wort da, Gott nahe und von Gottes Art.

Quais traduções fazem sentido e quais não fazem? Essas diferenças poderiam ser descritas através de normas?

A última tradução, a alemã (h), é de Berger e Nord (1999). Ela poderia ser traduzida para o inglês, aproximadamente como “First the Word was there, near God and in the manner of God”. Isso muda radicalmente as frases que tantas pessoas memorizaram na forma em que foram escritas por Lutero (g), e que poderiam ser traduzidas como “In the beginning was the Word, and the Word was with God, and God was the Word”. Quais podem ter sido as razões para tal mudança? Seria possível descrever essas razões na forma de normas?

4. Use a internet para conhecer a intérprete Mexicana La Malinche (também conhecida como Malineli Tenepatl ou Doña Marina). Dentro de quais sistemas ela trabalhava? Qual a sua relação com os sistemas? Quais normas regulavam seu trabalho? Será que dependendo de quem contasse a história de La Malinche, feministas ou mexicanos nacionalistas, essas normas e sistemas seriam diferentes? (esse mesmo exercício pode ser feito em relação a qualquer tradutor notório, preferivelmente que trabalhe em situações de conflito).
5. Encontre um código de ética para tradutores. Será que algum dos princípios poderia ser descrito como norma? Se sim, que tipo de norma seria? Que relação ela teria com um estudo empírico sobre como os tradutores trabalham? (Para uma análise crítica do código de ética, ver Pym 1992a, Chesterman 1997).
6. Procure uma história oficial da sua literatura nacional predileta (e.g. literatura francesa, russa). Há traduções fazendo parte da história? Elas são mencionadas em um capítulo separado? No índice? Deveriam ser? Será que faz sentido a inclusão da tradução no contexto de uma literatura minoritária pertencente a uma língua majoritária (e.g. literatura australiana). Será que um período de grandes mudanças, como o da Itália renascentista, poderia ter sido realmente escrito sem a interferência de traduções?
7. Localize uma página de um texto literário e uma tradução profissional correspondente. Tente dividi-la em segmentos paralelos (uma unidade do texto fonte corresponde a uma do texto de chegada) e identifique os deslocamentos de tradução. É fácil categorizar esses deslocamentos? Será que todos eles podem ser descritos em termos de equivalência? Sobre quais desses deslocamentos poderíamos dizer que há fatores sociais ou políticos envolvidos? Em vez de “deslocamentos”, deveríamos usar “variações”, ou talvez “desvios”, ou talvez até “erros”?
8. Pesquise sobre *The Works of Ossian* (1765). É possível dizer que esse texto é uma tradução? Caso contrário, o que ele seria? Ele deve ser analisado pelo campo dos Estudos da Tradução?
9. Confira a definição de pseudotraduções. Você consegue achar alguma pseudotradução nas literaturas das suas línguas? Qual seria sua função cultural? Por que foram apresentadas como traduções?

EXPLORING TRANSLATION THEORIES

Anthony Pym

Additional chapter: Descriptions – the intellectual background

This material explains the historical background of the concepts presented in chapter 5 of the printed book.

If we set out to describe a translation or an act of translating, the simple description might seem to require no grand theory. In fact, it could be considered too simple to be taken seriously by scholars. Some of the most significant concepts in European translation theory have nevertheless come from what we shall call a broad “descriptive paradigm,” and this chapter describes the ways that paradigm developed in the twentieth century. This background should help connect translation theory to some of the main anti-humanist currents of the day. It is also intended to correct some common misunderstandings, particularly with respect to the many ways the various schools and centers were interconnected. We place some emphasis on the Russian Formalists, even though they did not produce any major works on translation. This is because the key ideas of the Formalists can be traced through various paths throughout the century, reaching several points at which major translation theories did develop. The first connection is with the work done in Prague, Bratislava and, more loosely connected, Leipzig. The second link is with the “Tel Aviv school” (Even-Zohar, Toury and

the development of Descriptive Translation Studies). And the third link is through Holland and Flanders. When literary scholars from those three areas met and discussed their projects at a series of conferences, Translation Studies started to take shape as an academic discipline. That is why the history is important—this particular paradigm does not come from the same roots as the others mentioned in this book. The second half of the chapter describes the main concepts used within descriptive studies: translation shifts, systems and polysystems, “assumed translations,” and a focus on the target side. In the next chapter we look more closely at some of the findings that have come from the general descriptive approach.

Special thanks to Itamar Even-Zohar, Gideon Toury, Zuzana Jetmarová, Jana Králová and Christina Schäffner for their help and advice with this chapter.

The **main points** covered in this chapter are:

- Descriptive Translation Studies developed from a tradition in which objective scientific methods were applied to cultural products.
- Those methods were often applied to translation by literary scholars working in smaller cultures.
- Rather than prescribe what a good translation should be like, descriptive approaches try to say what translations are like or could be like.
- Translation shifts are regular differences between translations and their source texts. They can be analyzed top-down or bottom-up.
- Translations play a role in the development of cultural systems.
- The innovative or conservative position of translations within a cultural system depends on the system’s relation with other systems, and may correlate with the type of translation strategy used.

- When selecting texts to study, translations can be considered facts of target culture only, as opposed to the source-culture context that is predominant in the equivalence paradigm.
-
- Translators' performances are regulated by collective "norms," based on informal consensus about what is to be expected from a translator.
- The descriptive approach was instrumental in organizing Translation Studies as an academic discipline with an empirical basis.

5.0 What happened to equivalence

Equivalence went out of fashion. German-language *Skopostheorie* made it even more unfashionable by arguing that since "functional consistency" (the closest thing they had to equivalence) was no more than one of many possible requirements, translation usually requires transformations of a rather more radical kind. For those theorists, equivalence became quite a small thing, a special case. At almost the same time, however, other theorists were dismantling equivalence in precisely the opposite way. For this second very broad group, for what **Gideon Toury** would eventually construct as "Descriptive Translation Studies," **equivalence was a feature of all translations**, simply because they were thought to be translations, no matter what their linguistic or aesthetic quality (cf. Toury 1980: 63- 70). That changed everything. If equivalence was suddenly everywhere in translations, or almost, it could no longer be used to support any linguistics that would help people create it, nor could the concept directly serve the prescriptive training of translators. Translation Studies was thus moved into a realm that was relatively unprotected by any parent discipline; it had to become its own discipline. The descriptive approach emphasized the need to carry out research on translation, mostly research of the kind done in structuralist literary studies, rather than expound

principles and opinions. The theories associated with the research were thus positioned problematically out of touch with the growing number of training institutions; they were in an institutional context quite different from that of *Skopostheorie*. Here we will follow the adventures of that historical move. In the following chapter we will consider what the descriptions might actually have discovered.

5.2 Origins of the descriptive paradigm

The name “**Descriptive Translation Studies**” (with the capitals) was never fully consecrated as such until Gideon Toury’s book *Descriptive Translation Studies and beyond* (1995; Spanish translation 2004). It has since become a flag of convenience for a loose flotilla of innovative scholars. Around that particular name there is now a rather large body of thought and research. On the surface, this would seem to be a general paradigm in which scholars have set out to **describe** what translations actually are, rather than just **prescribe** how they should be. Those terms, though, are simplifications. If the aim were merely to describe, there would be little need for any grand theory. And yet what we find in this paradigm is a host of theoretical concepts: systems, shifts, norms, universals and laws, to name the most prominent, plus a long ongoing debate about how to define the term “translation” itself. Despite the emphasis on description, this remains very much a paradigm for theoretical activity.

In the historical context, the shift from prescription to description involved a clear challenge to the institutionalization of the equivalence paradigm. Rather than just tell people how to translate well (which is what and most equivalence-based linguistic analyses set out to do, along with *Skopostheorie* and hopefully most training institutions), descriptivist theories aim to identify **how people actually do translate**, no matter what the supposed quality. The equivalence paradigm mostly came from scholars who worked in linguistics or professional training; the descriptive paradigm was

mostly peopled largely by researchers with a background in literary studies. This division appeared in the 1970s and early 1980s, roughly in parallel with the development of *Skopostheorie*. The intellectual genealogies of the descriptive paradigm might nevertheless be traced back to at least the early twentieth century.

5.2.1 *Russian Formalism and its legacy*

In the first decades of the twentieth century, the movement known as **Russian Formalism** set out to produce **scientific descriptions of cultural products and systems**, particularly in the field of literature. The basic idea was that science could and should be applied to the cultural sphere. As simple as that might appear, it was something that had never been done before in any consistent way. Nineteenth-century applications of empirical science to literature were mostly limited to prescribing the way novels should describe society (such was the ideology of Naturalism), along with some attempts to analyze artistic language within what became known as the Symbolist movement. Indeed, it may well be from that broad Symbolism that the seeds of Russian Formalism were sown (cf. Genette 1976: 312). In 1915 a group of young university students who met at the courses of Professor Vengerov founded the “Moscow Linguistic Circle.” This brought together Roman Jakobson, Petr Bogatyrev and Grigori Vinokur, who sought to study the specificity of literature in with the help of concepts borrowed from the emerging pre-structural linguistics (especially the notion of “distinctive features” in language). In 1916 the Society for the Study of Poetic Language (known by the acronym *Opojaz*) was founded in Saint Petersburg, bringing together Viktor Shklovsky, Boris Eikhenbaum, Boris Tomashevsky and later Yuri Tynianov. These were mostly literary historians in search of the underlying laws and principles of literature. One project was within linguistics, the other was concerned with poetic language; but at that stage the two sides could develop substantial common ground. Both projects were based on a very simple idea: as we have said, the

methods and goals of science were to be applied to culture. Both sought to develop explicit models, defining terms carefully and using observations to verify or falsify hypothesized principles or laws of artistic language, independently of the psychology of authors, the emotions of readers, or any supposed representation of societies. According to a powerful Formalist principle, the object of study was not the literary work in itself, nor its contents, but the underlying features that made it literary (“literariness,” or *literaturnost*’, as Roman Jakobson put it). This literary language had its own artistic techniques (*priyómy* in Shklovsky’s terminology, sometimes rendered as *devices* in English, or *procédés* in French); it presumably had its own underlying systemic patterning, and, especially in the work of **Tynyanov**, specific dynamic relations with other cultural systems, both synchronically and diachronically. In describing process of change within literary systems, Tynyanov recognizes that a new “constitutive principle” may start from a series of chance occurrences or encounters, but in order to become substantial the principle may need the transfer of models and materials from beyond itself (1924: 19-20). That observation was not actually accompanied by any consideration of the role of translations, although elsewhere Tynyanov did write a critical account of Tyutchev’s renditions of Heine (study dated 1921, included in *Arxaisty i novatory* in 1929 and in the French translation *Formalisme et histoire littéraire* of 1991 but not in the partial German translation of 1967). A framework for the study of literary translation was certainly there, but the study itself would seem not to have been part of the main agenda of Russian Formalism. Any potential insights about translation would remain without immediate impact within Russian theory, although some students of Tynjanov’s, like **Andrei Fedorov**, became major theorists of translation in the Soviet era, and Jakobson would go on to write several seminal papers on translation, as we have noted in previous chapters. The legacy of the Formalist moment would have been passed on, in various forms, to the sociolinguist Valentin Vološinov, perhaps in part to the cultural theorist Mikhail Bahktin, and more obviously to the

semioticians Yuri Lotman and Boris Uspenski, whose names might be more familiar. None of those cultural theorists, however, produced systematic theoretical work on translation; nor did the later Formalists themselves. When Andrei Fedorov wrote his ground-breaking “Introduction to the Theory of Translation” in 1953, he had studied at the State Institute for the History of the Arts, where the Formalists had created a program (our thanks to Itamar Even-Zohar for this information), so something of the basic approach certainly lived on. The traces of that legacy might be divined from Fedorov’s highly systematic approach to basic principles (after paying due homage to Marx and Lenin) and his detailed investigation of the way different genres and stylistic features should be translated. The same can be said of **Efim Etkind**, whose work on Russian poet-translators (1973) drew attention to the role of translation in the development of cultures.

From Fedorov and others we do reach a certain Russian school of translation theory, which includes important work by **Retsker** and **Shveitser**. Their general principles, however, are not linked to the literary school; they are linguistic, prescriptive, and basically compatible with the equivalence paradigm. If we are seeking the way scientific descriptions of systems led to a new paradigm of translation theory, then we have to look elsewhere.

What concerns us more here is how the Formalist ideas moved out of Russian and reached other translation scholars. We can pick out three interrelated threads: through Prague and Bratislava, through Tel Aviv, and through Holland and Flanders.

5.2.2 Structuralism in Prague, Bratislava, and Leipzig

One strand led to the scholars who met from 1926 under the name of the *Cercle linguistique de Prague* (the Prague Linguistic Circle). The most obvious connection was the linguist **Roman Jakobson**, who had taken a position in Brno (and whose escape from the German occupied Prague took him to Copenhagen, Stockholm, New York and Harvard, stimulating intellectual curiosity

as he went, eventually cultivating some fundamental insights into translation). Another Russian member of the *Cercle* was Nikolai Trubetzkoi, who actually held a chair in Vienna, and a further member of the group was Henrik Becker, who attended the first meeting but lived in Leipzig (see Dušková 1999). We note these details to indicate that the Prague circle clearly extended beyond the city of Prague. In 1928 Jakobson, Trubetzkoi and other members of the group attended the First International Conference of Linguists in The Hague, the Netherlands, where they signed a resolution calling for synchronic linguistic analysis. They actually signed alongside Charles Bally and Albert Sechehaye, who had compiled and edited Saussure's *Cours de linguistique générale* (1916), the prime reference for the science of synchronic analysis. The strands of intellectual history crossed; they are not easily spun into national traditions. But was there any translation theory in the web?

The scientific approach of Russian Formalism provided an impulse for basic advances of the Prague *Cercle* in **structuralist linguistics**, working in areas from phonology to the study of poetic language, all potentially part of the general analysis of cultural signs. Although the development of phonemics was undoubtedly the great lasting success of the group (and indeed of structuralism in general, we shall argue), their interests extended to many aspects of culture, especially literature, and occasionally translation.

In the work of **Jan Mukařovský** of the Prague Circle we find clear awareness of the historical role of translation. In his 1936 article "Francouzská poezie Karla Čapka" (The French poetry of Karel Čapek), Mukařovský argues that translation is one of the ways in which national literatures can be transformed, since they seek and develop equivalents for foreign texts (see Králová 2006). This insight might be gleaned from the work of Tynyanov within the frame of Russian Formalism as such (or indeed from work by Zhirmunskij on Pushkin, or Vinogradov on Gogol), but in Mukařovský it is now clearly stated as such.

In terms of literary studies, the **transformational role of translation** became part and parcel of an approach that saw cultural

systems (such as national literatures) as sets of structural relations developing not just in terms of their internal logic, as had mostly been the case mostly in Russian Formalism, nor exclusively from external influences, as might have been the case of traditional historical studies, but from the complex social context formed by dynamics on both sides at once. The interest of translation was that it necessarily cut across those two deceptively separate frames; it forced the literary historian to see the internal and the external in the one vision. We might argue that this was more likely to happen when dealing with a “minor system” like Czech literature than with a “major” and apparently more independent system like Russian literature. The Prague interest in translation was perhaps not entirely an accident.

Prague structuralism was properly a phenomenon of the 1920s and 1930s. There was nevertheless a tradition, apparently discontinuous, that saw its influence filter down through the decades, especially in the study of literature. In the 1960s and 1970s we find the Czech scholar **Jiří Levý** and the Slovak scholars **František Miko** and **Anton Popovič** setting out to describe the structural principles underlying literary translations (see Jettmarová 2005; Králová 1998, 2006). Importantly, these scholars explicitly limited their prejudices about what equivalence was, or about what a “good translation” might be; their ideas of science made them describe rather than prescribe. Levý was publishing in Czech in the 1960s and became more widely known in German (Levý 1969). His work shows a gift for applying models from the exact sciences, drawing not only on linguistics but also on game theory (as we shall see in our chapter on indeterminism). Miko (1970) proposed to focus on what happens to the formal features of a text in translation. Popovič (1970) recognized that since translations transform texts, the study of translation should focus on what is changed as much as what remains the same. He thus set out to describe the “translation shifts” that affected the level of expression. We will return to this key concept below.

Note should be made here of the loose “**Leipzig School**” of translation theorists, who were working in similar ways from 1964

(for historical details see Wotjak 2002; on the conceptual range, Jung 2000). Although we would hesitate to draw any direct line with Russian Formalism and its legacy, there can be no doubt that scholars of the order of **Otto Kade** (in social communications theory), **Gert Jäger** (in structuralist linguistics) and **Albrecht Neubert** (in pragmatics and text linguistics) sought a scientific approach to translation, requiring clear concepts. This led them to reshuffle and define many of the common German terms. For example, “**linguistic mediation**” (*Sprachmittlung*) became the wider object of study (see Kade 1980), rising above a narrow conception of translation, and Kade coined the neologism *Translation, in German*, to cover both written translation and oral interpreting. The work in Leipzig was also important for the re-definition of “translation shifts,” since the research by Kade and Neubert increasingly focused on text-level relations. One should also admit that the school’s relation with official Marxist ideology sometimes went beyond mere lip-service. When **Kade** approached linguistic mediation as a social phenomenon, he sought the causes of translation problems not in the mysteries of language but in the “non-corresponding” development of two historical societies. The systemic thought is clear, wide-ranging and important, as indeed it is in Marx. The main work of Leipzig, however, was on non-literary translation at text level, without major investigation of social systems. As such, it did not become an integral part of the way the descriptive paradigm developed (the early paradigm tended to be literary and systemic). It instead fed into the development of the equivalence paradigm, which is where we have noted Kade’s work on types of equivalence; it had a terminological influence on general purpose-based approaches, which adopted the German term *Translation*, as well as the general penchant for re-naming things; some of its terms and basic text-functional insights helped fuel the development of *Skopos* theory; and Kade had his word to say in the development of Interpreting Studies (see Pöchhacker 2004: 34-35). That said, the Leipzig School’s impetus and identity did not live far beyond the fall of the Berlin Wall in 1989, at least not within Germany.

Albrecht Neubert has helped to foster text-linguistic approaches in the United States, largely thanks to an exchange program between Leipzig and Kent State, and **Christina Schäffner**, in the next generation, went to the United Kingdom, where she specializes in functionalist text-linguistic approaches, especially with respect to the translation of political texts. The theorists remaining in Germany tend to argue the toss between equivalence and *Skopos*, without great interest in description as a separate paradigm.

There is little evidence of any profound influence leading from Prague or Bratislava to Leipzig, despite geographical and political proximity. We should remember, however, that the various Communist regimes of the period attached great importance to translation, both as a way of maintaining national languages and as a means of fostering the international dimensions of their cause. This concerned not just the role of Russian as a pivot language, but also translation policies for literary works from across the like-minded world, from Latin America and Africa, for example, as well as translations of ideological texts for the future liberation of oppressed peoples. Those policies required translators; the translators had to be trained; the training created institutional space for thought on translation. Whatever we might nowadays think of the official ideologies, the development of systematic translation theory owes a great deal to the Communist period in the Soviet Union and Central Europe. We cannot reproduce the myth of an enlightened pre-Revolution Russian Formalism that somehow struggled through the dark days of benighted regimes. Stalin certainly persecuted the formalist movement, which he regarded as anti-Marxist, but the history of the Communist period should not be reduced to that.

5.2.3 *Polysystems in Tel Aviv*

A second strand of contact led from Russian Formalism to Tel Aviv. The agent of transfer here was the Israeli scholar **Itamar Even-Zohar**, who became aware of the Russian texts as a student of Benjamin Harshav at the Hebrew University of Jerusalem and

started to read them while studying in Copenhagen (see Even-Zohar 2008b; the networks of European scholarship are complex) and working on his doctoral dissertation. Even-Zohar has generally been concerned with the systemic descriptions of the ways cultures develop, and he explicitly follows the insights of Tynyanov, Jakobson and Eikhenbaum in studying cultural phenomena as systems, with their own principles and laws that await discovery. Rather than focus on literary systems in isolation, Even-Zohar has sought to see cultures as “**polysystems**,” roughly as large, heterogeneous and complex systems (such as “Israeli culture,” “French culture”) within which there are smaller systems like literature, language, law, architecture, family life, and so on (hence the “poly,” meaning “many”). These smaller systems may also be complex and dynamic, warranting the “poly” prefix as well.

In his detached view of cultural systems, Even-Zohar has remained faithful to the tradition of scientific modeling and to the multiple strands of the European tradition, as was shown in his doctoral thesis on translation. Like the structuralists in Prague and Bratislava, he has worked from within a “minor” culture (Hebrew), and his interest in the pre-Israeli phases of Hebrew literature has led him to develop a view of it as a multiple-components system (a polysystem). Even-Zohar founded a section for Translation Studies at Tel Aviv University and was at the origin of what would become the “Tel Aviv School” of Translation Studies, which includes **Gideon Toury** (whose PhD was supervised by Even-Zohar), Rakefet Sela-Sheffy and Gisèle Sapiro. This strand thus leads more or less directly to the coining of the term “Descriptive Translation Studies.”

5.2.4 Descriptivism in Holland and Flanders

The third strand concerns a group of scholars working in Holland and Flanders (the Dutch-speaking part of Belgium), sometimes referred to as the “Low Countries” school. Names here

would include American **James S Holmes**¹ in Amsterdam, and the Belgians José Lambert, Raymond Van den Broeck, André Lefevere and Theo Hermans. Their connection with Russian Formalism is far less important or direct than in the other cases. Major texts of the Russian school had been translated into French (1965, edited by Todorov) and English (also 1965, edited by Lemon and Reis; then 1971, edited by Matejka and Pomorska), but the intellectual climate was by this stage imbued with the prestige of structuralism anyway. The tenets of east-European thinking certainly also reached the Low Countries scholars through a series of personal contacts, particularly with **Anton Popovič**, who also met Even-Zohar and Toury. This led to a rather broader meeting of minds.

5.2.5 *A European descriptivism*

These three strands came together from the late 1960s, especially following a conference in Bratislava, Slovakia, in 1968 (see Holmes ed. 1970). Collective work was then carried out in the 1970s (see Holmes et al. eds. 1978), with some of the main scholars meeting as the Translation Committee of the International Comparative Literature Association. Toury (1978) built the bridge with Even-Zohar's work on the way cultures develop. A series of influential papers by most of the scholars was then brought together in the volume *The Manipulation of Literature* (ed. Hermans 1985), and for some time the group was half-jokingly dubbed the "manipulation" school, although the term says very little about what they were doing.

As the diverse backgrounds would suggest, this was far from a group of scholars sharing the same theories (see Hermans 1999 for a detailed survey). They would all nevertheless agree that a scientific approach should be used to find out about the world, rather than to evaluate or criticize what is found. They would thus

¹ A strange piece of Translation Studies folklore maintains that the middle S in the name "James S Holmes" stands for his mother's name; it should apparently be written with no stop after it. The writings of Gideon Toury consistently omit the stop.

more or less agree that the previous work on translation, including many of the theories elaborated within the equivalence paradigm, was “pre-scientific” (a harsh term, but it was used freely enough) . And they all agreed, obviously, that translation was worth studying seriously, and that this opposed them in part to literary studies that had mostly seen translations as marginal products, inherently inferior to originals, and thus of little interest. As for the rest, each theorist’s precepts and interests tended to work in very different ways and on various different levels.

A shortlist of ideas in the development of the descriptive paradigm

In the following we indicate the names of scholars who were instrumental in the development and use of the propositions, although many other names could also be listed and most names should be associated with far more than one idea:

1. The relations between source and target texts can be described in terms of “translation shifts” (Levý, Miko, Popovič).
2. The innovative or conservative position of translations within a cultural system depends on the system’s relation with other systems, and correlates with the type of translation strategy used (Even-Zohar, Holmes, Toury).
3. Translation Studies should be an empirical descriptive discipline with a hierarchical organization and a structured research program (Holmes, Toury).
4. When selecting texts to study, translations should be considered facts of target culture (Toury).
5. To understand not just translations but all kinds of “rewriting,” we have to consider the social contexts, especially patronage (Lefevere).
6. Translation scholars need to look at more than just literature (Lambert).

As we have seen, the descriptive paradigm cannot really be tied to a coherent geographical location like the “Low Countries.” To be sure, all the scholars mentioned above are or were from **relatively small cultures**, and this could explain some of their insights. The smaller the culture, the more important translation tends to be in that culture (a descriptive hypothesis formulated in Pym 2004 but clearly deducible from Even-Zohar 1978). One should thus not be surprised that precisely those scholars decided to study translation seriously. However, there were also some significant changes of location. Theo Hermans moved to London and has had a decisive influence on the development of Translation Studies in the United Kingdom; André Lefevere moved to the United States, where the legacy has been less influential (no doubt because of his unfortunately early death in 1996, but perhaps also because the United States has a very large complex culture). The growth of research-based Translation Studies has since spread the basic descriptive paradigm virtually all over the world. For that same reason, the paradigm cannot really be restricted to a historical moment like the 1960s or 1970s (as suggested in Venuti 2000). Many of the fundamental research questions formulated by the original group are still being answered today, no doubt because the paradigm remains eminently suited to empirical research. Numerous PhD dissertations use these ideas and are effectively contributing to our knowledge about translations.

We will now attempt to outline the main research models developed within the descriptive paradigm. In the next chapter we will consider some of the findings actually produced by this research.

5.3 The attraction of structuralism

We have met the term “structuralism” several times in the above pages, especially with reference to the equivalence paradigm. We now take some time to explain what the term means, and why

it was so important in the twentieth century.

At its simplest level, structuralism means that instead of studying things in themselves, as one might do under the influence of positivism, we study the **relations (“structures”) between things**. The trick is that, while the things are visible to everyone, the relations are hidden. Structuralism thus invites us to discover the secret logics that lie somewhere beneath the surface of cultural products. In retrospect, it offers the same appeal as did Marx when discovering the relations of production at the base of the way societies work, or Freud revealing the principles of the unconscious mind. For most structuralists of the first half of the twentieth century, the structures are really there, within our languages and cultures; structures do not come from the subjectivity of the individual researcher. Structuralism invites us to reveal objective verifiable truths, reachable through patient discovery procedures. It offers a **scientific approach to culture** (as in Russian Formalism). That was and remains a very appealing and powerful invitation, extended to anyone in search of knowledge.

Examples of these underlying structures can be found in many of the approaches that see languages as “world views.” One instance would be **Saussure’s** example of the way English *sheep* and French *mouton* enter into different structures within their language systems. We have seen how this idea initially created problems for the equivalence paradigm, which had to argue that translation was nevertheless somehow possible. For the descriptive paradigm, however, structuralism was something to learn from, not to oppose. Rather than ask if *sheep* could really translate *mouton*, the initial task in this paradigm was to describe the way historical translators effectively resolved the problem.

Structuralism enters the descriptive story in much the same suitcases as Russian Formalism, and more particularly through the Prague *Cercle* (which was indeed in touch with the legacy of Saussure). As we have mentioned above, the **Prague development of phonology** would be the one great success story of structuralism. For example, in English we hear the sounds /b/ and /v/ as signifi-

cantly different, since their difference helps us to distinguish “bat” from “vat.” In spoken Iberian Spanish, however, there is generally no significant difference, to the extent that the spoken language will not help people spell words like “vota” or “bota.” This is because English has two separate phonemes for these sounds (quite apart from the many different ways of pronouncing those sounds), whereas Spanish only has one. People speaking the languages can certainly pronounce the different sounds, but the underlying structure of each language divides up the sounds in different ways. That underlying structure is acquired when we learn a language, even though we are not aware of it. For Prague synchronic linguistics, and for structuralism in general, the object of study should thus be the underlying structure (the phonemes), not the surface-level phenomena (the details of phonetics). This was basically the same insight as Saussure’s analysis of *sheep* and *mouton*, except that in phonemics the structures formed complete and relatively stable systems. If you change one term (especially a vowel in English), the other terms actually do tend to change. In that sense, phonemics moved the focus of ideal research from structures to strong systems.

Once you understand this view of what a structure is, it is relatively easy to see a **system as a network of structures** where, ideally, a change in one term implies some kind of change in all others. There are actually very few cultural systems where this is the case. Most have parts where changes are connected, as in a particular region or genre, and others that remain relatively undisturbed. The introduction of a new lexical item does not alter the entire language (lexical fields are segmented, and the repertoires are mostly open-ended), although a change in tense usage would normally affect all the tenses in the language (verb tenses form systems with very few terms). The reigning idea, however, was that structures could indeed connect everything to everything, giving rise to numerous plans to explain the whole world.

The basic idea of structuralism went traveling around the West in several different guises. Many parts of the humanities were applying

elements of the approach. In anthropology, the tradition leading from Mauss to Lévi-Strauss had tapped into structuralist linguistics; structuralism was in the scientific epistemologies of Bachelard and Merleau-Ponty; it would be behind the linguistics of Benveniste and Chomsky (who sought its Cartesian connections). Virtually across the humanities, researchers set out to study relations between things, in search of hidden principles. Translation Studies was no exception. But what would the basic structures of translation look like? Were translations in any way necessary for cultural systems? And could there be anything like a system of translations?

5.4 Theoretical concepts within the descriptive paradigm

Within this intellectual context, there is nothing obvious or banal in wanting to describe translations, rather than “prescribe” what translations should ideally be. Descriptive approaches were setting out to discover relations and laws that were in some way hidden; they were working on the problems of structuralism. Further, given the terms and concepts that had been accumulated in many related disciplines since the Russian Formalists, the researchers working on translation were able to draw on a broad range of established categories (no one can simply describe in language what they see with the eye) and indeed of hypotheses about what they would find. The underlying approach was certainly empirical, in the sense that these researchers were going out to test their ideas on actual data. But it would be quite misleading to reduce the approach to empiricism alone (as is done, for example, in Merino and Rabadán 2004), as if there were no properly theoretical concepts at work.

In the following sections we will briefly describe the main concepts at work within the descriptive paradigm. In the next chapter we will look at the larger concepts of norms and laws.

5.4.1 Translation shifts and their analysis

The most obvious way to apply structuralism to translation is to see the source and target texts as sets of structures. We can compare the texts and see where the structures are different, we then have specific structures (the differences) that somehow belong to the field of translation. That idea is as simple to understand as it is difficult to apply.

The structural differences between translations and their sources can be described as “**translation shifts**,” a term found in many different theories. For **Catford**, shifts are “departures from formal correspondence” (1965: 73), which sounds clear enough. If formal correspondence is what we find between “Friday the 13th” and “viernes y 13,” then any other rendition will be a “shift” of some kind. The range of possible shifts might thus include all the things that Vinay and Darbelnet (1958) found translations doing, or indeed anything detected by anyone within the equivalence paradigm. A shift might come from the translator’s decision to render function rather than form, or to translate a semantic value on a different linguistic level, or to create the correspondence at a different place in the text (using a strategy of compensation), or indeed to select different genre conventions. Much research can be carried out in this way: compare the texts, collect the differences, then try to organize the various kinds of shifts.

There are at least two ways of approaching this task: bottom-up analysis starts from the smaller units (usually terms, phrases or sentences) and works up to the larger ones (text, context, genre, culture); top-down analysis goes the other way, starting with the larger systemic factors (especially constructs such as the position of translations within the sociocultural system) and working down to the smaller ones (especially categories like translation strategies). In principle, it should make no difference which end you start at: all roads lead to Rome, and there are always dialectics of loops and jumps between levels. Yet, perhaps surprisingly, the difference between bottom-up and top-down has a lot to do with the role of theory in description.

5.4.1.1 Bottom-up shift analysis

The range and complexity of bottom-up analysis is most completely seen in the comparative model developed by **Kitty van Leuven-Zwart** (1989, 1990), where shifts are categorized on many levels from the micro (below sentence level) to the macro (in her case, text-scale narrative structures). A useful summary is in the first edition of Munday's *Introducing Translation Studies* (2001: 63-65) (and Hermans 1999: 58-63), however the model is omitted from the second edition of Munday (2008) since it is rarely used any more. Here we are interested in the underlying reasons why it is no longer used.

In Leuven-Zwart, the basic textual units entering into comparison are called “**transemes**” (cf. the “**translemas**” in Rabadán 1991). For example, the two corresponding units might be English “she sat up suddenly” and the Spanish “se enderezó,” which basically means that she sat up. What these two transemes have in common would be the “**architranseme**.” Once you have identified that, you can start to look for shifts, which can then be categorized in much the same way as Vinay and Darbelnet had proposed from within the descriptive paradigm. For example, you might note that the two phrases occupy corresponding positions in the two texts but the English has a value (suddenness) that seems to be absent in the Spanish. So we write down “absence of aspect of action,” and we call this absence a shift. Eventually we will have compiled a notebook full of such shifts, which we hope will form patterns (manifesting structures of some kind) that can tell us something about the translation. What could be wrong with that? Since this “sit up” example is presented as being relatively uncomplicated in both Hermans and Munday, it is worth spending some time on the difficulties it might actually involve:

- For a start, how can we be sure that the value of “suddenly” is not in the Spanish? The verb “enderezó” is in the preterit tense (actually the *pretérito indefinido*), which in Spanish

has a value in opposition to the past imperfect (the *pretérito imperfecto*, giving the form “enderezaba”), a tense that does not exist as such in English. That is, both languages can say “He was in the process of sitting up,” but English does not have a simple past tense for such drawn-out actions; Spanish does. One could thus argue, in pure structuralist mode, that the selection of the Spanish preterit in itself represents the value “suddenness.” The shift would then be from the English adverbial to the Spanish tense, and it would be regulated by the differences between the two tense systems.

- Alternatively (although possibly for similar reasons), we might check large corpora of general English and Spanish and note that the English verb “sit” is associated with adverbials and phrasal particles far more than is the case for the Spanish verb “enderezarse” (none the least because “sit up” and “sit down” have no formal equivalents in Romance languages). In that case, the translator might have omitted the value “suddenly” (which could be expressed as “de repente,” for example) simply because it did not sound right in Spanish; it would have been an unusual collocation (for comparisons of verbs of movement in Spanish and English, see Mora Gutiérrez 2001, Slobin 1996, 2003). We might thus find an alternative non-structural justification for the translator’s decision, albeit without denying the underlying logic of structures.
- More worryingly, if we try to apply this type of analysis to our “Friday the 13th” example, how can we be sure that the non-shift involves the form or the function? In a context framed by superstition, surely “martes y 13” (Tuesday the 13th) would be the expected translation, the normal one, the non-shift? What right do we have to pick one rendition and call it the “proper” or “expected” translation, and thereby relegate all the other possible renditions to the category of “shifts”?
- Finally, there are many cases where formal correspondence itself implies some kind of shift. For example, the American

English term *democracy* certainly corresponded formally to the East German term *Demokratie* (as in the Deutsche Demokratische Republik), but with a remarkable shift of ideological content (the example is used by Arrojo in Chesterman and Arrojo 2000). So why should the formal correspondence itself not represent a shift?

In all these ways, we find that bottom-up shift analysis presupposes far too quickly that the meanings of language are clear and stable (i.e. not subject to interpretation), and that there is thus one stable common core (the “architranseme”) in relation to which all the rest would represent “shifts.” On that score, the approach has far more to do with the equivalence paradigm than with the precepts of scientific description. Even without questioning the ultimately arbitrary way in which transemes are identified, there must remain some doubt about the identification of the shift and of its causation. The bottom-up accumulation of shifts tends to be methodologically murky, and the long lists of differences only rarely congeal into firm findings at the higher level of analysis. This approach can produce much doubt and even more data. At the end of the day, it requires orientation from a few reductive theories. That is one of the reasons why the descriptive paradigm is actually full of theories.

5.4.1.2 Top-down shift analysis

The descriptive work in central Europe tended to be much more theoretical than the bottom-up description of shifts outlined by Catford and substantiated by van Leuven-Zwart. In Leipzig, Kade (1968) explicitly argued that a bottom-up approach (“induction”) had to be accompanied by top-down analysis (a “hypothetico-deductive” approach) if theoretical results were to be achieved (that is, if the “necessity” and “regularity” of translation were to be understood). In Bratislava and Nitra the analysis of “**shifts of expression**” was also happening in roughly the same years as Catford

(cf. Popovič 1968, 1970; Miko 1970) but the focus was not at all the same. For many of the Europeans, especially those coming from literary studies, shifts could be made quite independently of any simple desire to maintain equivalence. They could thus be approached in a top-down way, starting from major hypotheses about why they might exist and how they could form tendencies.

Popovič, for instance, claimed that there are “two stylistic norms in the translator’s work: the norm of the original and the norm of the translation” (1968/70: 82) . This seems so simple as to be obvious. Yet consider the consequence: as soon as the two “**stylistic norms**” are announced, the multiplicity of shifts is already theorized in terms of coherent patterns (“norms” is a term we will meet further below) . This kind of approach could connect quite easily with the study of literary stylistics, where one might see the two interacting “norms” as the voices of author and translator. On another level, shifts could be patterned differently because of historical factors (the nature of the receiving system, patronage, new text purpose, different ideas about what translation is, etc.). Or again, some shifts might come about simply as a result of the translation process as such (these would later be dubbed potential “universals”). On all those levels, the top-down approach to shifts seeks **causal factors** (the reasons for the shifts) that are quite different from those of the equivalence paradigm. These descriptive approaches could obviously join forces with the bottom-up analyses carried out by linguists, but their theoretical frame was fundamentally different. In effect, despite the misnomer “descriptive,” these were theories about the possible causes (personal, institutional, historical) explaining why people translate differently.

As an example of the top-down analysis of historically bound translation shifts, consider the basic problem of what to do with a **source text that is in verse**. This is analyzed in a seminal paper by **James S Holmes** (1970), first presented at a conference on “Translation as an Art” held in Bratislava, Slovakia, in May 1968 and published in a volume co-edited by Holmes himself (an American resident in Amsterdam), Frans de Haas (Amsterdam) and the

Slovak Anton Popovič (making the book of the key publications where various strands come together).

We know that in some target cultures (notably in French, at least until the late nineteenth century), foreign verse forms can consistently be rendered in prose. So the problem is solved: translators know what to do (translate into prose), and readers know what to expect (verse is for only texts originally written in French). That would be one huge kind of shift, and it has remarkably little to do with equivalence of the linguistic kind. In other cultural situations, however, alternative shifts may be deemed appropriate. Holmes (1970) formalizes these further shifts in terms of four available options (in addition to the blanket rendering of verse as prose): the translator can use a form that looks like the source-text form (“mimetic form”); they can select a form that fulfils a similar **function** (“analogical form”); they can develop a new form on the basis of the text’s content (“organic form”); or they could come up with their own individual solution (“extraneous form”).

A model of options for the translation of verse (from Holmes 1970)

1. *Verse as prose*: All foreign verse is rendered as prose, as has been the norm in translations into French.
2. *Mimetic form*: The translator chooses a form in the target language that is as close as possible as the one used in the source language. For example, an English sonnet can be rendered as a Spanish sonnet well enough, even though the metrics of feet in English will not correspond to the syllabic metrics of Spanish. Often this involves introducing a new form into the target culture, as was done when English *terza rima* was modeled on the Italian verse form.
3. *Analogical form*: The translator identifies the function of the form in the source-language tradition, then finds the corresponding form in the target-language tradition: “Since the

Iliad and *Gerusalemme liberata* are epics, the argument of this school goes, an English translation should be in a verse form appropriate to the epic in English: blank verse or the heroic couplet” (Holmes 1970: 95). This option might be an application of the equivalence paradigm at a high textual level. It is to be distinguished from the blanket “verse to prose” option to the degree that it requires identification of the way the specific source-text form functions in the source culture.

4. *Organic or content-derivative form*: The translator refuses to look solely at the form of the source text (as is done in the above options) and instead focuses on the content, “allowing it to take on its own unique poetic shape as the translation develops” (Holmes 1970: 96).
5. *Extraneous form*: In some situations, the translator may adopt a form that is totally unconnected with the form or content of the source text, and that is not dictated by any blanket form for translations in the target culture. In other words, anything can happen.

Holmes sees these options as being appropriate to **different historical situations**. Mimetic form tends to come to the fore “in a period when genre concepts are weak, literary norms are being called into question, and the target culture as a whole stands open to outside impulses” (Holmes 1970: 98). This might be the case of German in the first half of the nineteenth century. On the other hand, “the analogical form is the choice to be expected in a period that is in-turned and exclusive” (Holmes 1970: 97), such as the neoclassical eighteenth century in France. As for the use of “organic” form, Holmes sees it as being “fundamentally pessimistic regarding the possibilities of cross-cultural transference” (1970: 98) and thus associates it with twentieth-century Modernism. “Extraneous” form is then regarded, not very convincingly, as having “a tenacious life as a kind of underground, minority form [...] resorted to particularly by metapoets who lean in the direction of the imitation” (1970: 99).

Holmes's analysis here suggests that translators' decisions are always culture-bound, give or take a few unruly "metapoets." When asked how any decision should be made, the descriptivist will thus always be able to say, "it depends on the (target) culture." But then, how many different things can a decision actually depend on? Is there any way to model the huge range of variables covered by phrases such as "the translator's sociocultural situation"? Descriptivists have made use of at least three concepts that are of some help here: systems, norms, and (for want of a better term) target-sidedness.

5.4.2 *Systems of translations?*

What Holmes does in his brief study is in a sense systematic: he identifies and classifies the available options, and he gives them a certain logical symmetry, largely thanks to some blunt distinctions between form, function and content. This is theory with a very top-down function: the theorist conceptualizes the alternatives, then goes looking for historical examples. One must be careful, though, about the status of this systematization. What Holmes does here is **systematic** (ordered, thorough, complete), but not necessarily **systemic** (in the sense that might be related to a system where all terms in some way depend on all other terms).

If we were talking about a **language system** (as in the work of the systemic functionalist Halliday, for example), we would see the speaker producing a string of words such that at each point there is a *restricted* set of what words can follow. The language system limits the choices that can be made. The same is true of the translator as a language producer, since the target language imposes limited sets of choices, which vary as we go about doing the translation. However, does the same kind of decision-making concern how to render a foreign verse form? The translator may certainly select one of Holmes's five options, and that choice might have meaning in terms of the overall history of European verse forms, yet is it a decision like those where we are obliged

to select a certain kind of verb or adverbial? Is it properly systemic? To a certain extent, yes: all receiving cultures have literary genres, and they mostly maintain structural relations between themselves. Then again, no: those sets of genres need bear no resemblance at all to the five translational alternatives outlined by Holmes. The receiving culture is one thing; the sets of theoretical alternatives are something quite different. In this case, the kind of choice process outlined by Holmes surely cannot be considered a psychological reality. If the translator was working into German at the beginning of the nineteenth century, there were all kinds of social and cultural factors that not only made the use of mimetic form appropriate, but also made Holmes's alternatives relatively invisible. Germanic culture, without a state, was prepared to draw on other cultures in order to develop. Translations of Homer brought hexameters into German, and translations of Shakespeare brought in blank verse. Indeed, speaking in 1813, Schleiermacher saw this capacity to draw from other cultures as the key to foreignizing translations, regarded as being a particularly Germanic strategy. A literary translator trained in that cultural environment would then see "mimetic form" or "foreignizing" as the *normal* way to go about translation. The translator might even see it as the true or correct way in which all translations should be done, in all sociocultural environments. Prescriptive theorizing may result ("All translations should use mimetic form!"); some structural oppositions might be proclaimed in theory ("German mimetic form is better than French translations into prose!"); but the choices are not made within an abstract system comprising purely translational options.

As **Toury** would later clarify (1995a: 15-16), the system here belongs to the level of the theorist (the options *theoretically* available), which is to be distinguished from the alternatives actually available to the translator at the time of translating, which are in turn quite different from what the translator actually does. Toury thus distinguishes between three levels of analysis: "all that translation [...] CAN involve," "what it DOES involve, under various sets

of circumstances,” and “what is it **LIKELY** to involve, under one or another array of specified conditions” (1995a: 15)

Three levels of analysis in Descriptive Translation Studies

Delabastita (2008: 234) elaborates on Toury’s three levels of analysis as follows, relating them to the notion of norms:

| | |
|--|---|
| Level of system: theoretical possibilities (“can be”) | For each translation problem or source text, it is possible to envisage a whole range of possible or theoretical solutions or target texts [as does Holmes]. |
| Level of norms: culture-bound constraints (“should be”) | On the intermediate level of norms, some of these possible relationships will be recommended or even required as being the only ones that can generate “genuine” translations, whereas others will be dismissed or even simply ignored. |
| Level of performance: empirical discursive practice (“is”) | We can then observe which relationships have actually materialized in a given cultural setting. By definition, these empirical relationships constitute a subset of the possible relationships; their degree of frequency in a given cultural situation is a crucial indication that certain norms have been at work. |

The top-down thinking is fairly clear here (even though, once again, one could presumably work upwards at the same time). Note, however, that the term “system” is used here only in the sense of

“theoretical possibilities.” This is quite different from the kind of social or cultural system presented as the context in which translations function. The relative importance of this second, more general sense of “system” varies from theorist to theorist. Can the levels of “should be” and “is” be properly systemic in any strong sense?

When **Holmes** tries to explain why a particular translation option is associated with a particular period, he cites a range of quite profound phenomena: “genre concepts,” “literary norms,” “cultural openness/closure,” “pessimism/optimism about cross-cultural transfer,” and so on. These are all things placed in the target culture; they do not belong to any “system of translations” as such. Holmes mentions them in a fairly off-hand way; they seem to be quite separate, isolated phenomena. However, it is possible to see such things as being bound together to some extent, as different aspects of the one culture. This second vision requires us to see cultures as being systemic in themselves. In Holmes, those systems appear to hang together rather loosely; there is no necessary homogeneity or determinist fatality. In other theorists, particularly those more closely in touch with the legacy of Russian Formalism, cultural systems can impose quite strong logics. Lotman and Uspenski (1971: 82), for example, talk about entire cultures being “expression-oriented” or “content-oriented” (along with various more complex classifications), never doubting that such orientations characterize the entire cultural system. The stronger the logic by which the system is presumed to operate (i.e. the more *systemic* it is seen to be), the more that system can be seen as determining the nature of translations.

Here we return to the way **Even-Zohar** has worked with the idea of “**polysystems**.” The “poly-” part of the term may be seen as an indication that, unlike the approach of Lotman and Uspenski, there is a lot of flexibility involved. The internal logics of a culture are not going to determine everything that can be done within that culture. For Even-Zohar, translated literature can be seen as a kind of sub-system occupying a position within the literary polysystem that hosts it. The relations are nevertheless strong enough for cer-

tain general tendencies to be observed. The translations can become a key element in the literature (and thus “innovative” and “central” in position), or they may be secondary or unimportant (“conservative” and “peripheral”). In these terms, translation is seen as one of the ways in which one polysystem “interferes” with another, where the verb “to interfere” does not carry any pejorative sense (see Even-Zohar 1978 and subsequent papers on his website). Even-Zohar proposes, among much else, that translations play an innovative, central role when

- (a) a polysystem has not yet been crystallized, that is to say, when a literature is “young,” in the process of being established; (b) when a literature is either “peripheral” within a large group of correlated literatures) or “weak,” or both; and
- (c) when there are turning points, crises, or literary vacuums in a literature. (1978: 47)

These three types of conditions are described as “basically manifestations of the same law” (1978: 47), the nature of which we will return in the next chapter.

Even-Zohar’s mode of thought, although expressed in a very lapidary way, goes well beyond Holmes’s concern with explaining why translations are the way they are. His conceptualization of systems as dynamic and pluralist allows Even-Zohar to ask what translations can actually *do* within their target cultures, and how they evolve from relations between cultures (particularly in terms of inferiority and prestige). He thus adds many elements to early insights such as Mukařovský’s awareness that literatures develop through translation. Even-Zohar’s general finding is in fact rather negative, since he concludes that “the ‘normal’ position assumed by translated literature tends to be the peripheral one” (1978: 50), that is, that translations tend to have a conservative, reinforcing effect rather than a revolutionary, innovative one. That kind of

finding is unlikely to be popular within a discipline disposed to see translations as a hidden and maligned cause of change. Even-Zohar nevertheless stresses that translation is an essential element to the understanding of *any* cultural system, since no culture is an entirely independent entity.

The term “system” thus varies in meaning and importance from theorist to theorist. In each case, it pays to read the descriptions closely, paying particular attention to the verbs and the agents of the verbs (who is supposed to be doing what). In strong systems theory, you will find that the systems themselves do things, as if they were people. In other approaches, people are portrayed as doing things within systems of constraints. That is a big difference, bearing on fundamental issues such as human liberty, the determinist logics of history, and sometimes even the role and nature of translations.

While on the terminological difficulties, we should note a related problem with the term “**function.**” For descriptive studies, the “function” of a translation is generally correlated with its position within its corresponding system, in accordance with an extended spatial metaphor. When we say that, within a given cultural system, a translation is relatively “**central**” or “**peripheral**” (or things in between), we effectively mean that its function is either to change or to reinforce (or things in between) the receiving language, culture or literature. The function here is what the text does in the system. For the purpose paradigm, on the other hand, the “function” of a translation is generally conflated into the *Skopos*, the action that the translation is supposed to enable in a specific situation, just as the function of a source text is assumed to be the action in which the text is used (to teach, to express, to sell, etc.). Although both paradigms would claim to be “functionalist,” the term “function” means one thing in relation to systems theory (a position and role within a large-scale set of relations) and something else in relation to action theory (an action within a situation comprising various agents). There obviously must be common ground between the two usages, yet few theorists have actually sought it. Here is one way

we might think about this relationship: On the surface, it would seem that the purpose of the translation, the *Skopos*, varies with each translation situation. All the situations are different, yet they always occur within wider social and cultural constraints that limit and orient them. One should thus be able to connect some wider systemic function to the smaller situational function.

Skopostheorie has remained relatively indifferent to top-down descriptivism, just as structuralist descriptive studies traditionally distanced themselves from the close-up dynamics of situations (Lefevere's 1992 analysis of patronage being a significant exception). Both paradigms are strongly relativist; both refuse to see the source text as the only factor determining a translation. Yet they have long been looking in separate directions.

If there is a significant historical bridge between the two notions of function, it might lie behind the notion of norms.

5.4.3 Norms

In his three-level schema (the one we have reproduced above), after the level of what “can be” **Toury** opens a space for what “should be,” which he describes in terms of “norms.” Norms are thus positioned somewhere between abstract possibilities (such as Holmes's alternatives) and what translators actually do (the kinds of pragmatics that *Skopos* theory deals with). For Toury, norms are

the translation of general values or ideas shared by a community [...] into performance instructions appropriate for and applicable to particular situations, specifying what is prescribed and forbidden as well as what is tolerated and permitted in a certain behavioural dimension. (1995a: 55)

The term “performance instructions” here might suggest that a norm is the same thing as a client's brief or a *Skopos*. It could also misleadingly be associated with a set of rules or official regulations

(which would indeed be called *normas* in Spanish). In the descriptive paradigm, however, the term *norm* usually operates at a wider, more social level. For example, we could say that in the nineteenth century the norm for translating foreign verse into French was to render it into prose. There was no official rule stating that this had to be done, but there was an informal collective agreement. When translators approached the foreign text, they would accept as a matter of course that their work was not to imitate what the text looked or sounded like. When publishers hired translators, that is what they expected them to do. And when readers approached a literary translation, they would similarly accept that foreign poetry simply had to be in prose. Of course, the norm was not respected by all translators; norms are not laws that everyone has to follow. Norms are more like the common standard practice in terms of which all other types of practice are marked. That much is relatively unproblematic.

Why did the norm of “verse into prose” exist? On several different levels, it no doubt embodied the general idea that French culture was superior to other cultures. In Toury’s terms, it conveyed at least that much of the society’s “general values and ideas.” Given this assumed superiority, there was no reason to accept any foreign influence on the existing system of neo-classical literary genres. In Even-Zohar’s terms, we would say the perceived prestige of the target system allocated translation a peripheral role and hence a very conservative range of acceptable forms. Further, if we follow Toury, there would be some kind of social (though not juridical) penalization involved whenever a translator did not adhere to the norm. For instance, a text that differed radically from the established genres might be considered peculiar, ugly, or simply not worth buying. In every culture, the nature of a good translation is determined by such norms, since “bad translations” are penalized in some way, even if only by hurling adjectives like “bad.” Of course, in milieux governed by an avant-garde logic, the breaking of norms might mark a superior translation, rather than an inferior one. Norm-breaking might thus mark not only translations that are bad, but also those that are exceptionally good.

The concept of norms thus covers quite a few related but different things. Toury (1995a: 58) makes a basic distinction between “**preliminary norms**,” which concern the selection of the kind of text and the mode of translation (direct/indirect, etc.), and “**operational norms**,” which would cover all the decisions made in the act of translating. However, as our “verse into prose” example shows, norms also have different social and epistemological dimensions. They concern what translators think they are supposed to do, what clients think translators ought to do, what text-users think a translation should be like, and what kind of translations are considered reprehensible or especially laudable within the system. **Chesterman** (1993) organizes these various aspects by distinguishing between “**professional norms**,” which would cover everything related to the translation process, from “**expectancy norms**,” which are what people expect of the translation product. If translators in a given society usually add numerous explanatory footnotes, that might be a professional norm. If readers are frustrated when such notes do not appear, or if the notes are in an unusual place (perhaps at the beginning of the text rather than at the bottom of each page), then that frustration will be in relation to expectancy norms. Ideally, the different types of norms reinforce one another, so that translators tend to do what clients and readers expect of them. In times of cultural change, the various types of norms might nevertheless be thrown out of kilter, and considerable tension can result. Indeed, in systems of self-induced change, an extreme logic of the avant-garde may mean that all text producers, including translators, set about breaking norms, and text users thus expect norms to be broken. That is, norm-breaking can become the norm, as in extreme Modernism.

The idea of norms and norm-breaking has been important for the way descriptive research relates to the other paradigms of translation theory. If we apply the concept of norms seriously, we should probably give up the idea of defining once and for all what a good translation is supposed to be (although it is perhaps still possible to say what a good or bad social effect might look like, and thus

evaluate the way norms work, cf. Pym 1998b). In fact, the very notion of what a translation is must become very relative. As we have said, this **relativism** would be a major point of compatibility with the *Skopos* paradigm (and indeed with the paradigm of uncertainty that we will meet in a later chapter). However, the same relativism runs counter to much of the linguistic work done in the equivalence paradigm. When a linguist analyzes a source text to see how it can or should be translated, the basic assumption is that the answers will come from the nature of that source text, and the nature of translation is thus a very clear thing; there is not much relativism involved. In the *Skopos* paradigm, the answers will come from the situation in which the translation is carried out, to the extent that it matters little whether a text is a translation or a liberal re-write. In the descriptive paradigm, however, any questions about the borders between translations and non-translations can be answered in terms of norms, which in turn express values from the wider system within which the translator is working. In this sense, the theory of norms positions translation somewhere between the relative certainty of equivalence and the relative indifference of *Skopos* theory.

Such comparisons of paradigms could be exploited in the 1980s, when the various approaches were starting to congeal into a tentative discipline called Translation Studies. Scholars working in the descriptive paradigm, usually with a background in literary studies, could legitimately criticize the narrow “prescriptive” work being done in the equivalence paradigm. How could a theory set out to tell someone how to translate, when the very notion of translation varied so much from epoch to epoch and from culture to culture? The call for descriptions was thus initially a more or less direct negation of the kind of **prescription** associated with the equivalence paradigm. Similarly, whereas the equivalence paradigm invited analysis to start from the source text and its role in the source situation, the descriptive paradigm tended to favor the *target* text and its position in the *target* system. Toury (1995a) explicitly recommends **starting analysis from the translation** rather than from the source text; he thus creates space for research that takes no account of the

source text at all. For example, you can simply compare different translations, or compare translations with non-translations within the target system. That kind of full-frontal opposition helped to make Toury the *enfant terrible* of his day.

The notion of norms, however, allowed a kind of prescriptivism to be introduced into descriptive studies, almost through the back door. Even if the role of theory was not to tell translators how to translate, a descriptive approach could identify the norms by which a translation could be considered good by people in a certain place and time. This has allowed for a certain application of descriptive studies in the training of translators and interpreters. Toury (1992) has suggested, for example, that trainees be asked to render the same text according to different norms (e.g. translate as one might have done in twelfth-century Toledo, or under conditions of censorship). The trainee will thus be made aware that there are many different ways to translate, each with certain advantages and disadvantages. Of course, the same kind of exercise can be recommended within the purpose-based paradigm: translate the one text in different ways in order to achieve different purposes. The different paradigms can lead to the same kind of training activity.

Seeking an alternative mode of compatibility, Chesterman (1999) proposes that the study of norms will enable the teacher and learner to predict the relative **market success of one strategy or another**. No teacher can tell any student there is only one way to translate (since many norms are available), but empirical research can make it possible to predict success or failure when dominant norms are met or violated. Chesterman (1999) formulates his compatibilist position as follows:

Statements like “In principle, in authoritative and expressive texts [original metaphors] should be translated literally” (Newmark 1988: 112), or “translations should aim to have the same effect on their target readers as the source texts had on the source readers,” or “translators should translate transgressively, not fluently”) can be para-

phrased approximately like this: “I predict that if translators do *not* translate in the way I prescribe, the effect will be that readers will not like their translations / that the publisher will reject the text / that intercultural relations will deteriorate” or the like.

In all these ways, the concept of norms has helped bridge some of the gaps between descriptivism and prescriptivism.

A more methodological problem concerns **the way norms can be discovered**. A bottom-up approach might gather together many translations, look for the shifts, and regard any high-frequency patterning of the shifts as a “norm.” That is a lot of work; it cannot say very much about why the norms are there; but it might be a valuable contribution. Alternatively, Toury (1995a) pays special attention to “**pseudotranslations**,” understood as texts that are presented as translations but are in fact original creations. In Hungarian, for example, science fantasy novels are usually presented as translations from American English, even though they are written straight in Hungarian, with invented authors, invented biographies, and all the trappings of a foreign product (Sohár 1999). Such pseudotranslations are found in a wide range of cultures, with numerous different functions (Santoyo 1984). Their particular interest for Toury, however, is that they can indicate what a target culture expects translations to be like, and often how that culture relates to other cultures in terms of prestige. This may provide a short-cut to the identification and possible explanation of norms.

A more top-down approach to the discovery of norms would start from peri-textual data such as reviews and critiques, which would tell us about the expectancy norms involved in the reception of a translation. More highly focused research can economize resources by concentrating on particular public debates about norms and norm-breaking, thus identifying and analyzing moments when norms are undergoing change (cf. Pym 1997). Such an approach helps connect descriptive theory with more dynamic (and perhaps less systemic) views of cultural history.

The concept of norms has thus helped bring several approaches closer together, at the same time as the empirical discovery of norms has undoubtedly increased our historical understanding of the way translations operate. The fundamental concept, however, is not as clear-cut as it may seem. Consider, for example, the way the German sociologist **Niklas Luhmann** (1985) describes legal norms as “**counterfactual expectations**,” in the sense that they do not take account of the way people actually behave. When these expectations are defeated (we find that there are criminals), the legal norms do not adapt accordingly (criminals must still be punished, no matter how many criminals there are). Many expectancy norms concerning translations could be of this counterfactual kind. For example, no matter how often we find that translations are domesticating (or foreignizing, or explanatory, or full of shifts, etc.), users of translations might still insist that they should not be. If some norms are working like this, then the bottom-up counting of facts and frequencies will never connect with the social pronouncements of what is acceptable or unacceptable. This is one very basic reason why a descriptive approach to norms requires theoretical concepts. And that is another reason why, in turn, the descriptive paradigm is full of theories.

Whenever theorists tell us about norms, we should ask exactly how they have discovered those norms. If bottom-up, the empirical patterns may not all have equal status as psychological or social facts. And if top-down, then we should ask where the theorist found the categories of analysis, and why.

5.4.4 “Assumed” translations

Here is another theoretical problem that cuts to the heart of empirical methodologies. If we set out to discover the historical and cultural diversity of translation norms, can we pretend to be sure from the outset what is meant by the term “translation”? If so, exactly what criteria should we use for collecting a set of things called “translations”? And if not, how can we possibly avoid imposing our own translation norms on other cultures and periods?

This is one of the classical theoretical aporias that tend to worry researchers in dominant Western cultures.

Toury's solution to the problem has been to leave the defining to the people we study. For him, "a 'translation' will be taken to be any target-language utterance which is presented or regarded as such [i.e. as a 'translation'], on whatever grounds" (Toury 1995a: 20). In other words, we wait to see what each culture and each period has to say about what is or is not a translation. The solution is the operative concept of "assumed translations," which simply means that **a translation is indeed a translation only for as long as someone assumes it to be one**. A pseudotranslation, for example, might then be held to be a translation only for as long as the trick works, and it becomes a non-translation for those aware of the false pretence.

That solution remains fraught with logical difficulties. For example, if each language has different words for "translation," how do we know those words are translations of each other? In order to select the words, we would surely need our own concept of translation, if not some clear ideas about what good and bad translations are. The debate over that issue has been one of the most fundamental but recondite activities in Translation Studies (cf. among others Gutt 1991; Toury 1995b; Hermans 1997, 1999; Halverson 2004, 2007; Pym 1998a, 2007a). For some, the problem is basically without solution, since if we use our normal terms to describe another culture's term "we naturally translate that other term according to our concept of translation, and into our concept of translation; and in domesticating it, we inevitably reduce it" (Hermans 1997: 19). At the other extreme, we might argue that the empirical data are so diverse and unruly that we have to make some initial imposition and selection, simply in order to get research moving (cf. Pym 2007a; Poupaud et al. forthcoming). The best we can do is to be honest and self-critical about our initial principles and criteria, and open to the discovery of new concepts in the course of the research process. As different as these two options may appear, they both accept that concepts of translation are culturally and historically relative and can be described in explicit terms. They are thus both within the descriptive paradigm.

Interestingly, both approaches differ from Toury's concept of assumed translations. The fundamental difference between the two sides has more to do with the role attributed to indeterminism, which we will discuss in a future chapter.

5.4.6 *Target-side priority*

As we have noted, **Toury** upset linguistics-based studies of translation not only by opposing prescriptivism, but more profoundly by insisting that translations should be studied in terms of their *target* contexts rather than in relation to their sources (see Toury 1995b: 136). This led to an extreme position: in Toury's words, "translations should be regarded as facts of target cultures" (1995b: 139; cf. 1995a: 29). This proposition should be understood as part of a specific research methodology; it does not mean that translations somehow never have source texts (which would absurdly imply that all translations are actually pseudotranslations). Toury's argument is that the factors needed to describe the specificity of how translations work can all be found within the target system. This is based on the assumption that translators "operate first and foremost in the interest of the culture into which they are translating" (1995a: 12), either in order to reinforce the norms of the target culture or to fill in perceived "gaps."

Those general methodological precepts have born fruits. When one studies, for example, a corpus of English theater translated into Spanish (Merino 1994) or censored translations in Franco's Spain (Merino and Rabadán 2002), even when the material is organized in terms of English-Spanish pairs, the shifts make sense in terms of the norms of the Spanish host system, especially when it comes to the Franco regime's systemic censorship and its various historical avatars (for notes on the wider project on translation and censorship, see Merino Álvarez 2005; for research projects associated with the earlier development of the descriptive paradigm, see Lambert 1988, 1995). In these and similar case studies, translations are indeed approached as facts of target cultures, and much quantitative data has been produced in those terms.

The principle of target-side priority has nevertheless been contested. The researchers working on literary translation at **Göttingen** in the 1990s generally preferred a “**transfer**” model, which explicitly traced movements between particular source and target cultures. Others have objected to the separation of the two cultures, arguing that translators tend to work in an “**intercultural**” space in the overlap of cultures (cf. Pym 1998a). More generally, as with the problem of defining translations, the binary opposition of source and target has been increasingly criticized from within the indeterminist paradigm, as we shall see later.

5.5 Translation Studies as an academic discipline

The descriptivist call to science is in many respects a structuralist aspiration, crafted in the belief that methodological research will reveal hidden relations. There is supposed to be a wider logic beneath observable facts. That call to science is sometimes taken further; “Sciences *qua* sciences,” says Toury, “are characterized by an incessant quest for laws” (1995a: 259, finding support in Even-Zohar 1986). The aim of Translation Studies is thus assumed to be **to discover laws**, and in the next chapter we will consider a few of the laws proposed so far. What interests us here is more the way this orientation has been able to shape a movement. On Toury’s view, Descriptive Translation Studies not only has a starting point (the methodological identification and analysis of facts) but also a general collective goal (the formulation of abstract laws based on numerous observed facts). This is a paradigm able to lead somewhere.

In its historical setting, the general belief in science and its goals allowed strangely **little space for self-critical analysis** of the scholarly community, or indeed of the social effects of the research itself. At the time the descriptivist paradigm was developing, such questions were of little concern. There was such confidence in the project, and presumably self-confidence in the researchers, that this became the first paradigm able to position itself in relation to

other paradigms. Indeed, it was from this positioning that the discipline of Translation Studies itself was envisaged as a coordinated collective undertaking. This can be seen in Figure 5, which shows Holmes's original proposal for **Translation Studies** (although the diagram was actually drawn by Toury):

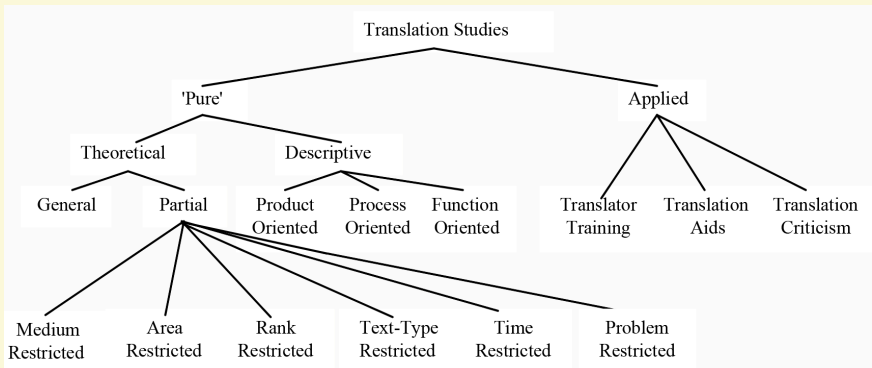


Figure 5. Holmes's conception of Translation Studies (from Toury 1991: 181; 1995: 10)

We reproduce the diagram here in order to note three things. First, the initial division of “Pure” vs. “Applied” means that the place of the equivalence and purpose-oriented paradigms would lie quite far from descriptive work: they are presumably somewhere near the “applied” side of business, while the “Descriptive” branch is “pure” enough to form a pair with “Theory” all by itself. If the quest for laws is seen as the prime purpose of the discipline (rather than the improvement of translations or of translators, for example), then the discipline becomes purer as its categories become more abstract. In fact, the diagram justifies the very reasons why translators and trainers tend not to like translation theory. Second, we are very hard-pushed to find published work for many of the slots allowed for here. Even within the Descriptive branch, for example, we have remarkably little that could be called “function oriented,” presumably dealing with what translations actually do within cultures and

societies, or with how translations are actually received. As for the series of “Partial Theoretical” compartments, are there any studies that slide in neatly? And third, there is **no real place for people** in the schema, neither for translators nor for researchers or theorists. The descriptive paradigm thus seems fundamentally ill-equipped to reflect on its own epistemological shortcomings.

Not surprisingly, the descriptive paradigm has not been able to impose its disciplinary map on all other paradigms. As an academic discipline, Translation Studies was indeed born from within this paradigm, but the space thus created was soon described as an “**interdiscipline**” (after Toury and Lambert 1989: 1), as a place where many other models and methodologies can be drawn on. The proponents of description were not entirely closed to the rest of the world.

5.8 Frequently had arguments

We will now try to gather together a few general observations concerning the historical development of the descriptive paradigm.

The following are points that would generally be considered positive aspects of the paradigm:

1. The historical variety and vitality of translation has been revealed.
2. The paradigm has played a central role in the legitimization of Translation Studies as an academic discipline.
3. It has created knowledge that is potentially useful for all aspects of Translation Studies, including the prescriptive approaches it originally opposed.
4. It breaks with many of the prescriptive opinions of the equivalence paradigm, albeit at the expense of creating its own illusions of objectivity.

The counterweight to these positive points must be a series of arguments about the apparent failings of the paradigm:

1. The descriptivist enterprise is ultimately positivist, without awareness of its own historical position and role. It suffers the same drawbacks as the rest of structuralism.
2. The definition of “assumed translation” is circular, and must at some stage rely on the theorist’s own criteria.
3. Descriptions do not help us in the training situation, where we ultimately need prescriptions.
4. The models all concerns texts and systems, but not people (see the Holmes map, where there is no room for studies of translators).
5. The target-side focus cannot explain all relations (particularly the case of translation in postcolonial frames, or wherever power asymmetries are so great that the source side simply cannot be hidden from view).
6. The focus on norms promotes conservative positions, allowing “ought” to be derived from “is.” This blocks off work on critical ethics.

Various scholars have responded to these points. **Toury** (1992), for example, points out the usefulness of descriptions in the **training situation**, since one can always present alternatives in order to illustrate that “everything has its price.” We have noted above how **Chesterman** (1999) also argues that empirical research should reinforce training, since it can be used to predict the success or failure of certain strategies. As for the apparent promotion of conservatism, Toury proposes that we train students how to break norms, as indeed he himself has done within Translation Studies.

With respect to the supposed lack of a human dimension, Toury’s abstract concept of norms is offset by serious interest in how translators become translators (1995: 241-258), and recent moves within the descriptivist project have been toward the incorporation of sociological models, particularly **Bourdieu**’s concept of “habitus” (variously after Hermans 1999 and Simeoni 1998). This would meet up with moves to write the history of translation as a **history of translators** (cf. Delisle and Woodsworth 1995,

Pym 1998a). It also connects with the many translation scholars who have been engaged in writing literary history, often in a humanist mode where translators play leading roles.

Those arguments notwithstanding, there has been considerable resistance to descriptivism within training institutions, which have generally obtained better mileage from the Germanic theories of purpose. At the same time, the basic thrust of target-side studies threatens to relieve traditional departments of modern languages of what they do best (teaching source languages and literatures), and is thus unlikely to curry favor there. Descriptivist theory has thus tended to operate on the fringes of the more established training communities, guiding PhD theses useful for employment purposes.

So where will the descriptive paradigm go from here? Recent calls have been for a “**sociological turn**,” for some kind of alliance with a discipline better equipped to handle contextual variables. **Theo Hermans** (1999), for example, closes his account of the paradigm by pointing the way to the sociologies of **Bourdieu** and **Luhmann**. And so one turns that corner; but what do we find? Usually a plethora of data, on numerous levels, with very few categories able to organize the data in terms of cross-cultural communication. The great Modernist sociologies are based on the same structuralism that informed the history of the descriptive paradigm itself, albeit now with more scope for self-reflexivity (the sociologist can do the sociology of sociologists). More problematic, these sociologies are overwhelmingly of single societies only, of systems in the “one side or the other” sense that has reigned within the paradigm. They fit in so well with the target-side orientation of descriptive approaches that they risk bringing in little that is new. Indeed, the descriptive literary studies of the 1970s and 1980s were already doing systematic sociology of a kind. A new “sociological turn” could risk bringing us back full-circle.

Summary

This chapter has sketched out the historical and intellectual background of the descriptive paradigm of translation theory. The paradigm was mainly developed by literary scholars working in relation to smaller cultures. Although based on empirical research, it has a set of properly theoretical concepts, many of which can be traced from the Russian Formalists to work done in central Europe, to the Tel Aviv School, and to scholars in Holland and Flanders. The academic discipline of Translation Studies began to take shape from the exchanges between those groups. In general, the descriptive theories oppose the equivalence paradigm in that they aim to be non-prescriptive, their prime focus is on “shifts” rather than types of equivalence, and they do not undertake extensive analysis of the source culture. They tend to be like purpose-based *Skopos* approaches in that they emphasize the target-culture context and the *function* of translations within that context. They nevertheless differ from purpose-based approaches in that they see functions in terms of the positions occupied by translations within the target *systems*, rather than with respect to a client or a brief. Descriptive theories also tend to concern what translations are *usually* like in a particular context, rather than the ways in which particular translations might differ. They are thus able to talk about the consensus-based “norms” that inform the way translations are produced and received. The paradigm is thus relativistic in that it is very aware that what is considered a good translation in one historical context may not be rated so highly in a different context. The research based on those concepts has done much to reveal the vast diversity of translation practices in different historical periods, different cultures, and different types of communication.

Sources and further reading

A good historical account of systems-based theories can be found in the first chapters of Theo Hermans' *Translation in Systems* (1999). The proceedings of the various conferences in Bratislava in 1968 (ed. Holmes, de Haan, Popovič, 1970), Leuven in 1976 (ed. Holmes, Lambert, van den Broeck, 1978), Tel Aviv in 1978 (ed. Even-Zohar and Toury 1981) are full of ad hoc insight into the disjointed development of the paradigm, although the books are hard to find. The same could be said of the seminal collection *The Manipulation of Literature* (ed. Hermans 1985), which is rather more profound than its misleading title. Anyone undertaking empirical research on translations should have tackled Gideon Toury's *Descriptive Translation Studies and beyond* (1995), if only to use it as a point of reference. Numerous papers on various aspects of methodology are available online at the sites of Itamar Even-Zohar (<http://www.tau.ac.il/~itamarez/>) and Gideon Toury (<http://www.tau.ac.il/~toury/>). A more entertaining descriptive approach to literary translation is André Lefevere's *Translation, Rewriting, and the Manipulation of Literary Fame* (1992). For insights on the various sociocultural aspects of descriptive studies, see the selection of José Lambert's articles in *Functional Approaches to Culture and Translation* (ed. Delabastita, D'hulst & Meylaerts, 2006). For a critical account of systems and norms, see Pym (1998a). A broad update on recent work in the descriptive paradigm can be gleaned from the volume *Beyond Descriptive Translation Studies* (ed. Pym, Shlesinger, Simeoni, 2008).

Suggested projects and activities

1. Consider all the language situations you participate in on a typical day, not only in newspapers, television and web sites but also in shops, banks and public services. How much of this linguistic material must have been translated in one way or another? (Consider news events that have happened outside of your language.) How much of that material is actually marked as translational?
2. Where do translators and interpreters work in your town or city? What laws or policies orient their work?
3. Look up translations in your language of John 1, similar to these (taken from Nord 2001):
 - a) In the beginning was the Word, and the Word was with God, and the Word was God.
 - b) Au commencement était le Logos; et le Logos était près de Dieu, et le Logos était dieu.
 - c) En el principio existía el Verbo, y el Verbo estaba con Dios, y el Verbo era Dios.
 - d) Al principio era el Verbo, y el Verbo estaba en Dios, y el Verbo era Dios.
 - e) No principio era o Verbo, e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus.
 - f) In principio era il Verbo, e il Verbo era presso Dio e il Verbo era Dio.
 - g) Im Anfang war das Wort, und das Wort war bei Gott, und Gott war das Wort.
 - h) Zuerst war das Wort da, Gott nahe und von Gottes Art.Which translations make sense, and which do not? Could these differences be described in terms of norms?

The last-listed German translation (h) is from Berger and Nord (1999). It could be translated into English as something like “First the Word was there, near God and in the manner of God.” This radically changes the widely memorized phrases of the Lutheran version (g), which might be rendered as “In the beginning was the Word, and the Word was with God, and God was the Word.” What might be the reasons for such a change? Could those reasons be described in terms of norms?

4. Use the Internet to find out about the Mexican interpreter La Malinche (also called Malineli Tenepatl or Doña Marina). What systems would she have been operating within? What was her relation with the systems? What norms would have regulated her work? Are these systems and norms different depending on whether her story is told by feminists, or by Mexican nationalists? (The same exercise can be done for any number of high-profile translators, preferably working in situations of conflict.)
5. Find a code of ethics for translators. Could any of the principles be described as norms? If so, what kind of norms are they? How would they relate to an empirical study of what translators actually do? (For a critical analysis of codes of ethics, see Pym 1992a, Chesterman 1997.)
6. Find an authoritative history of your favorite national literature (e.g. French literature, Russian literature). Are translations part of the history? Are they mentioned in a separate chapter? In the index? Should they be? Would the inclusion of translations make any sense in the case of minor literatures in major languages (e.g. Australian literature)? Can periods of great change, such as the Italian Renaissance, really be written without reference to translations?
7. Locate one page of a literary text and a professional translation of it. Try to divide it into paired segments (one ST unit corresponds to one TT unit) and identify the translation shifts. Are the shifts easily categorized? Can they all be described in terms of equivalence? For how many of the shifts could we say there are social or political factors involved? Should we talk about “shifts” or “variations,” or perhaps “deviations,” or even “errors”?
8. Find out about *The Works of Ossian* (1765). Could this text be described as a translation? If not, what is it? Should it be analyzed within the field of Translation Studies?
9. Check the definition of pseudotranslations. Can you find any pseudotranslations in the literatures of your languages? What would their cultural function be? Why have they been presented as translations?